

631.330.342.14(815.1)

P 161a Palhano, Maria Regina Nabuco
1982

Agricultura, estado e desenvolvi-
mento regional em Minas Gerais 1950/
1980. - Belo Horizonte: CEDEPLAR/
UFMG, 1982.

57 p. (Texto para Discussão, 13)

1. Agricultura - Economia Capitalista
. Minas Gerais. I. Título. II. Série.
CDU 631:330.342.14(815.1)

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 13
AGRICULTURA, ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM MINAS GERAIS - 1950/1980

Maria Regina Nabuco Palhano
Novembro de 1982

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA UFMG
C E D E P L A R

AGRICULTURA, ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM MINAS GERAIS - 1950/1980

Maria Regina Nabuco Palhano

Belo Horizonte

SUMÁRIO

	Página
1 - INTRODUÇÃO	1
2 - AS REGIÕES E SUA ARTICULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPITALISTA	5
3 - O CASO DO TRIÂNGULO MINEIRO	8
a - O Triângulo Mineiro e a complementariedade en- tre acumulação capitalista industrial e expan- são agrícola	9
b - A identidade entre acumulação capitalista indus- trial e agrícola	18

NOTAS

1 - INTRODUÇÃO

A expansão do capitalismo na agricultura e a consequente diferenciação econômico-social no campo têm sido tema dos mais controversos nas Ciências Sociais. No Brasil, o debate sobre a natureza das relações sociais no campo vem se prolongando desde a década de cinquenta, quando interpretações 'dualistas', 'feudalistas' e 'capitalistas' se opuseram no quadro do debate econômico e político. A crítica marxista à rigidez daqueles modelos de interpretação originou caminhos teóricos que visavam à maior flexibilidade na análise 'concreta' da realidade social. O conceito de 'formação econômica social' tentava, neste sentido, adaptar conceitos, como o de 'modo de produção', à complexidade das sociedades que não se incluíam nos casos clássicos do desenvolvimento capitalista.

Críticos não-marxistas também se preocuparam com as exceções a modelos explicativos da mudança tecnológica na agricultura dos países desenvolvidos. Esta preocupação originou a chamada via 'modernizante' da agricultura, onde a 'difusão não-equilibrada' da tecnologia agrícola entre regiões e produtos é explicada por um 'mecanismo de auto-controle', exercido pela própria agricultura.

Como era de se esperar, estas vias 'pragmáticas' da interpretação do desenvolvimento agrícola também receberam suas críticas. Contra o conceito de 'formação social' - onde a preocupação em recuperar-se a importância de 'modos específicos de produção' leva a uma complicada articulação entre estas instâncias - retoma-se, em meados da década de setenta, a visão leninista do capitalismo agrícola como uma tendência crescente à proletarização rural.

O desenvolvimento capitalista no campo passa a ser enfocado sob a óptica das transformações nas relações de trabalho - ou emprego, variável que permite - caso contornadas as limitações das categorias definidas pelos Censos Agrícolas e Demográficos - um estudo genérico do dinamismo do capitalismo agrícola. As pesquisas regionais - que inicialmente informaram os estudos de caso sobre a importância do trabalho assalariado no campo, em especial o trabalho temporário - cederiam lugar a pesquisas com dados secundários, onde a agregação a nível nacional mostraria a crescente proletarização dos trabalhadores rurais.

Os dados dos Censos e das PNADs para 1970 e 1975 mostraram, no entanto, que o desenvolvimento da empresa capitalista no campo causou redução na participação dos 'empregados' na População Economicamente Ativa Agrícola. E o que é mais curioso, os mesmos dados revelam que o setor familiar agrícola (pequena produção familiar) aumentou seus efetivos, tanto em números absolutos como, com mais força, relativos.¹

A redobrada importância recente da pequena produção familiar não é um acontecimento apenas brasileiro. Estudos comparativos internacionais mostram a generalizada ocorrência deste fato, o que contribui para reafirmar o aspecto já tão observado da heterogeneidade da expansão capitalista no campo.² Em outras palavras, a proliferação da empresa capitalista no campo proletariza uma fração dos pequenos produtores, enquanto, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução crescente de outra fração destes produtores. A primeira pergunta que ocorre aos que se interessam por tal tema é: quem são estes pequenos produtores? Estaremos assistindo à volta triunfal dos camponeses ao mundo rural? A tese da 'funcionalidade' da pequena produção no quadro do capitalismo agrícola, demonstrou-se correta?

Para responder a estas e outras perguntas que inicialmente se impuseram, os dados secundários dos Censos Agrícolas e do Cadastramento de Imóveis do INCRA têm se mostrado insuficientes. O valor da produção da pequena unidade familiar, por hectare, e o valor da produção comercializada relativamente ao valor da produção podem, por exemplo, distinguir pequena produção mercantil da pequena produção para subsistência. Esta distinção não é, porém, um conceito que nos permite a total compreensão da atual importância da pequena produção familiar. Em primeiro lugar, a definição clássica de camponês não exclui a relação da produção com o mercado.³ Ao contrário, uma das generalizações mais comuns que se faz ao 'camponês', ou pequeno produtor familiar, é sua capacidade de produzir excedente agrícola, por meio do sobre-trabalho que ele mesmo retira do seu sub-consumo. A tese da 'funcionalidade' da pequena produção no quadro do capitalismo agrário brasileiro enfatizara, entre outros aspectos, a oferta a baixos preços dos alimentos básicos, realizada pela pequena produção, que não enfrenta os mesmos custos monetários da empresa agrícola capitalista.

As mais recentes contribuições ao estudo da renovada importância da pequena produção familiar têm, neste sentido, se de-

tido menos nas questões sobre valor e volume da pequena produção mercantil, que nas questões que indicam uma transformação "na imposição de controles sobre as decisões de produção e comercialização (da pequena produção), exercidos pelo movimento do capital".⁴

Em outras palavras, transformou-se a natureza das relações entre o movimento do capital e a pequena produção. No Brasil, não se trata mais do capitalismo que apenas proletariza, ou que apenas 'permite' à pequena produção produzir excedente aleatoriamente, em função da generosidade do clima, das possibilidades a curto prazo da expansão do mercado, do nível de preços de determinados produtos, etc.

Para entender-se de qual capitalismo se trata agora, é necessário recorrer-se a um marco histórico que redefine, entre outras questões, a natureza das relações econômicas e políticas entre o setor agrícola e o industrial no país.

A partir dos últimos anos da década de sessenta, reverte-se a estratégia nacional de expansão da produção agrícola. Os limites da ampliação extensiva da fronteira agrícola, principal forma de a agricultura responder à demanda de alimentos básicos provenientes de uma crescente população urbana, mostrava, desde o início daquela década, seus definitivos sinais de esgotamento. As crises permanentes de abastecimento das grandes cidades e a persistente alta de preços agrícolas, além da emergência de um novo ator social no então precário equilíbrio do sistema populista - o camponês - foram razões fundamentais para que se adotasse uma nova estratégia de crescimento da produção agrícola, no quadro mais amplo das políticas de saneamento da crise capitalista daquela época.

A partir de então, o papel do Estado torna-se fundamental para explicar a direção do desenvolvimento capitalista no campo. Entre outros objetivos, a política de modernização agrícola promoveu: a expansão concentrada do crédito agrícola, por produtos e regiões; programas especiais de estímulo à produção para exportação; subsídios à produção e ao consumo de insumos modernos e tecnologia agrícola; aplicação conjunta do capital estatal e privado; incentivos fiscais à instalação regional de agro-indústrias; expansão da infra-estrutura básica de serviços públicos para a instalação de empresas agrícolas, etc. Este conjunto de estímulos concedidos pelo Estado - tendo em vista a expansão da fronteira intensiva da produção agrícola - teve, entre outras consequências, a de tornar extremamente atrativo o investimento agrícola para outras frações do capital.

O campo, a partir da década de setenta, transforma-se crescentemente em espaço para o investimento de grandes empresas capitalistas industriais. Não só se expande rapidamente a produção da indústria de tratores e implementos agrícolas, como também a de insumos agrícolas - especialmente a de fertilizantes, apoiada por um programa sistemático de desenvolvimento da indústria nacional.

As boas perspectivas de ampliação do mercado externo para alimentos e as modificações na estrutura de consumo das classes médias e altas no Brasil foram outras razões, aliadas às já enumeradas, para expandirem-se novos campos de valorização do capital na agricultura. As indústrias processadoras de alimentos expandiram em número, volume de produção, além de penetrarem em novos setores, diversificando a linha de produtos.

O processamento agro-industrial de alimentos tornou-se um campo especialmente propício para o investimento estrangeiro, tendo em vista a quase inexistência de pesquisa nacional acumulada neste setor. Os resultados são a crescente transformação do setor agro-industrial em um setor de elevado nível de tecnologia, em geral importada, onde a concorrência oligopolística tende a ser a forma predominante de convivência entre os capitais.⁵

O nível relativamente elevado da tecnologia processadora de alimentos exige que a matéria-prima a ser processada seja homogênea e de oferta estável e crescente. Este fato determina a necessidade de que os produtores desta matéria-prima ampliem seus níveis de absorção tecnológica. Desta forma, os grandes complexos agro-industriais tendem a favorecer - através de financiamentos, apoio à criação de cooperativas, etc - a modernização agrícola dos seus fornecedores, o que, evidentemente faz ampliar a margem de controle que exercem sobre estes últimos.

Assegurar a quantidade desejável e o padrão da matéria-prima, além da tentativa de impor preços baixos a seus fornecedores, têm sido as características básicas da estratégia de controle da produção agrícola por parte das agro-indústrias. A compreensão do grau atingido por tal controle tem exigido recentemente estudos detalhados, que enfatizam a complexidade deste processo. Em primeiro lugar, às características mais gerais do controle podem ser somadas outras, que variam com o tipo específico do produto, com a organização regional da produção da matéria-prima, com o tipo de processo tecnológico adotado, etc. Outra resposta que os

recentes estudos de caso buscam diz respeito às razões da não-integração vertical da maioria dos complexos agro-industriais em expansão, como é o caso de grande parte da indústria avícola, suína, de fumo, de óleo, farelo e torta de soja, de farinha de trigo, etc. Empresas agrícolas verticalizadas, como é o caso, por exemplo, da indústria de tomates, foram também estudadas. Entre as principais razões para a integração estão os ganhos de escala, as flutuações muito freqüentes dos preços de mercado da matéria-prima e as facilidades concedidas pelo Estado à implantação destas empresas.

Freqüentemente as razões da não-verticalização também residem na atuação do Estado, que interfere no preço da matéria-prima, mantendo-o baixo e desestimulando a agro-indústria em produzi-la (como no caso do leite 'in natura'); ou ainda, na atuação de cooperativas de produtores, quando se transformam em grandes empresas de comercialização do produto e passam a concorrer com a empresa privada (como é o exemplo da produção de soja no Rio Grande do Sul).⁶

O interesse despertado pela expansão de um processo de 'modernização' agrícola, que enfatiza a importância da integração de produções agrícolas locais ao capital industrial e comercial, tem levado a um interesse correspondente pelos estudos agrícolas regionais. A região aparece como o espaço para se 'ver' o movimento hegemônico do capital, através de produções agrícolas específicas, diversas na unidade desta hegemonia.

2 - AS REGIÕES E SUA ARTICULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPITALISTA

As descobertas empíricas dos estudos de caso que contemplam o tema da incorporação regional ao capitalismo agrário, no Brasil e em outros países da América Latina, sugerem uma caracterização geral deste processo, que enfatiza a existência de pelo menos dois sentidos desta incorporação: o primeiro se caracterizaria pela incorporação da produção agrícola da região ao mercado consumidor de um centro unificador hegemônico. O volume da produção excedente, a proporção deste excedente que é retida na região, a possibilidade de sua concentração e acumulação, tendo em vista a distribuição local dos recursos produtivos, indicarão o grau de transformação das relações de produção locais.

Uma segunda forma de articulação regional ao desenvolvimento capitalista se caracteriza pela crescente importância local dos investimentos realizados por capitais não-locais. Neste caso, o sentido da transformação das relações locais de produção será definido não apenas pela propriedade ou não da terra, mas basicamente pela diferenciação econômica e social dos proprietários. Esta diferenciação refletirá as diferentes formas de integração dos capitais agrários locais, às frações externas do capital industrial, comercial e financeiro. Ao caráter unificador dos capitais externos à região, cujos investimentos tenderiam a homogeneizar as relações de produção locais, se opõem as especificidades das frações locais do capital agrário.

Tendo em vista a importância crescente do papel do Estado na expansão intensiva da fronteira agrícola em certos países como o Brasil, esta caracterização geral tenderá a enfatizar, nestes casos, o processo de transformação dos espaços regionais em espaços legais.⁷ Nesta concepção faseológica das formas de articulação regional ao movimento do capitalismo agrário, entende-se que o conceito de região deve ser cada vez mais o de espaço para políticas públicas. Desta forma, a caracterização básica de região como domínio ecológico se relativiza pela importância crescente de seus recursos não-geográficos. Dando dois exemplos que elucidam a diferença entre regiões, de acordo com diferentes fases de articulação ao capitalismo: certamente o desenvolvimento da agricultura de alimentos básicos para o mercado interno do Triângulo, em especial na década de cinquenta, se deveu às características mais férteis das matas do cerrado, à estrutura concentrada da propriedade da terra e às proximidades do centro industrial; a instalação da Agrícola na década de setenta no vale do Jaíba - empresa integrada, de pecuária intensiva, com capital brasileiro e americano - valeu-se mais dos incentivos fiscais concedidos pelo INDI e da infra-estrutura básica provida pela Companhia de Distritos Industriais, que das condições favoráveis do solo daquela região.

Neste sentido, do ponto de vista da incorporação capitalista, uma região tem duas existências: uma que preexiste a esta incorporação, outra que não pode ser explicada senão a partir dela. O que define a região na fase de preexistência do capitalismo são basicamente suas características geográfico-espaciais, seu domínio ecológico, a distribuição espacial da população, a importância da terra na atividade produtiva, etc. Neste sentido, o dinamismo

mo econômico será basicamente determinado pela quantidade e qualidade dos recursos naturais e a crescente importância de tais recursos para a produção de possíveis excedentes. Além disto, é bastante provável que os interesses locais sejam incipientemente organizados, não existindo uma classe dominante capaz de integrar todas as relações sociais na direção de seus interesses.⁸

A constituição de um centro ou região cujos interesses são predominantes ao nível desta região e do conjunto regional estabelece a articulação econômica inter-regional, em função de uma redistribuição regional do trabalho que privilegie tais interesses. Esta transformação nas articulações inter-regionais amplia os fluxos de mercadorias e mão-de-obra, através da expansão dos meios de transporte, determinando a reorganização da produção da região dependente para a produção de excedentes necessários à acumulação de capital no centro. Assim, as relações locais de produção começam a ser definidas pela natureza da articulação. A transformação capitalista das relações locais de produção - tendo em vista a obtenção de maiores quantidades de excedentes - dar-se-á em maior ou menor grau, de acordo com as características locais da disponibilidade relativa de terra, mão de obra e capital. Nesta fase, pode-se dizer que o desenvolvimento das forças produtivas nesta região mantém certo nível de endogenia, dado que a expansão dos investimentos é feita por capitais predominantemente locais.

A tendência à unificação inter-regional das relações sociais de produção é reforçada pela expansão espacial dos capitais acumulados no centro, que buscam localizar-se próximos a determinados recursos naturais ou a frações recentes do mercado consumidor para seus produtos.

Tendo em vista certos obstáculos à unificação inter-regional das relações de produção comandada pelo centro - tais como escassez de mão-de-obra especializada, deficiência na oferta de infraestrutura básica, etc. - o Estado é chamado a atuar na eliminação ou minimização de tais obstáculos. Adquire especial importância nesta fase de expansão capitalista da região, a fração federativa do Estado onde a região se situa. Assim, aos interesses da região centro - comumente identificados aos interesses nacionais - podem eventualmente se interpor interesses locais, representados por uma esfera particular deste Estado. Como, porém, a unificação inter-regional das relações sociais de produção significa ampliação inter-regional das áreas de interesse, é possível supor-se que

a oposição econômica e política, historicamente observada entre o Estado nacional e suas frações federativas não-dominantes, se veja reduzida. A versão local do poder público nacional - os estados - aparecem, nesta fase, como uma instância política capaz de articular os interesses dominantes centrais da economia com os interesses dominantes locais. Neste sentido, políticas públicas de âmbito local serão freqüentemente meros repasses de objetivos dominantes a nível nacional. Neste sentido, políticas estaduais reproduzirão, a nível específico, a tendência a ampliar a articulação entre as regiões que cabem no espaço federativo. Estas regiões passam então, a se transformar cada vez mais num espaço legal, mais que geográfico, objeto que são de um número cada vez maior de políticas públicas que as integram à dinâmica espacial do capitalismo.

3 - O CASO DO TRIÂNGULO MINEIRO

O Triângulo Mineiro, importante região agrícola do Estado de Minas, é um exemplo interessante para se estudar o complexo processo de desenvolvimento agrícola no Brasil, à luz da caracterização geral anteriormente descrita.

Entre outras razões, este interesse provém do fato de que o Triângulo Mineiro, como região formada por um território e população relativamente homogêneos, participou da divisão inter-regional do trabalho causada pela industrialização de São Paulo, desde seus primórdios. Tendo em vista a distribuição concentrada da propriedade local de terra e o fato de que a região também funcionava como importante empório comercial para a produção agrícola de Goiás, já durante os anos cinquenta a região possuía uma elite agrária capaz de investir em uma tecnologia agrícola de nível superior ao restante do Estado. Além disto, esta elite também era capaz de formular politicamente seus interesses econômicos, através de uma identidade regional que freqüentemente levantava o tema do separatismo, como solução para suas reivindicações.

Além disto, o fato de o Triângulo ser uma região de Minas Gerais, torna-o mais recentemente alvo de programas e políticas de um Estado em processo tardio de industrialização. Esta industrialização, realizada em grande parte devido a incentivos concedidos pelo governo local ao grande capital, leva em algumas regiões como o Triângulo, à proliferação de empresas agro-industri-

ais. Esta maior importância dos investimentos em empresas agro-industriais se reflete em uma nova configuração entre traços previamente dominantes do processo de produção local e novos capitais externos à região, determinando, pela segunda vez em sua história, um novo processo de 'modernização agrícola'. Este novo processo converte o Triângulo em uma região articulada aos interesses do grande capital, dentro de um nível de maior integração ao governo estadual.

- a) O Triângulo Mineiro e a complementariedade entre acumulação capitalista industrial e expansão agrícola.

Entre as interpretações que tratam do desenvolvimento econômico, com ênfase nas relações agricultura-indústria, é comumente aceito que a agricultura desempenha um papel fundamental na expansão industrial.

Da mesma forma, existe entre tais interpretações, um certo consenso quanto às variadas atribuições desempenhadas pela agricultura neste processo de crescimento: provisão adequada de alimentos e matérias-primas para os setores urbanos; colaboração decisiva na oferta de divisas externas; oferta de mão-de-obra para as atividades urbanas; transferência de poupanças geradas no setor primário para a formação do capital industrial; expansão do mercado para produtos industrializados.⁹

Estas abordagens trazem implícita a consideração de que o setor industrial é o motor deste desenvolvimento, cabendo à agricultura reproduzir-se nos limites estabelecidos pela industrialização. Nestes termos, o setor agrícola tem um bom desempenho quando 'colabora' para o crescimento industrial. Ao contrário, se algumas destas atribuições não são cumpridas, a agricultura é considerada como um 'obstáculo' ao desenvolvimento econômico.

No Brasil, a questão do bom ou mau desempenho da agricultura com relação à expansão industrial do país foi tema de importantes debates acadêmicos e políticos durante as décadas de cinquenta e sessenta. A tarefa da agricultura naquele período era crescer 'adequadamente' - aumentar a oferta de matérias-primas e alimentos nos níveis requeridos pelos mercados externo e interno - sem que este crescimento absorvesse fração considerável dos recursos nacionais para investimento.

A subdivisão das grandes propriedades cafeicultoras em fazendas de tamanho médio, orientadas para a produção de alimentos básicos, não foi suficiente para abastecer a crescente população que se urbanizava em São Paulo. A expansão extensiva da fronteira - especialmente através de pequena propriedade - foi a forma básica de expansão da produção de alimentos. Outra forma secundária de crescimento extensivo da produção agrícola foi a ampliação da área cultivada de grandes propriedades - anteriormente dedicadas à pecuária ou à produção para exportação.

Durante este período, duas regiões mineiras em especial - o Sul de Minas e o Triângulo - adaptaram seus sistemas de produção agrícola em função da demanda de alimentos dos grandes centros urbanos paulistas.

Durante o período de estagnação econômica do Sul de Minas - que se dá por volta de 1930 a 1960 - as grandes propriedades cafeicultoras se subdividiram em propriedades de tamanho médio, especialmente dedicadas à pecuária de leite e à produção de alguns itens do consumo básico da população, tais como arroz, feijão, milho, etc. Diferentemente de São Paulo, onde esta subdivisão de propriedade refletia uma melhor alternativa de investimento para os antigos cafeicultores e uma possibilidade de compra de terras ou arrendamento por parte dos colonos imigrantes, a subdivisão da grande propriedade cafeicultora do Sul de Minas apresentou características predominantemente vegetativas. Trata-se basicamente de uma repartição de terras através do sistema de heranças, quando herdeiros tendem a se empobrecer em relação a seus ascendentes. Durante este mesmo período, o Sul de Minas perdeu parte de sua população e de seus capitais para São Paulo, o que reforçou o caráter pouco dinâmico da produção agrícola familiar da região.¹⁰

A forma de integração do Triângulo Mineiro ao crescimento extensivo da produção agrícola para abastecer os mercados urbanos de São Paulo demonstra, em oposição ao caso do Sul de Minas, que esta articulação foi ali capaz de gerar (e reter) um nível de capitalização suficiente para iniciar a transformação das relações locais de produção.

a.1 - A Pecuária como forma de consolidação da propriedade rural no Século XIX.¹¹

A atividade econômica básica do Triângulo Mineiro era desde o século XIX a pecuária de corte, realizada extensivamente

nas grandes propriedades fundiárias da região. Ao lado da pecuária, as fazendas locais produziam alguns produtos de lavoura, tais como arroz, milho, feijão, mandioca, batata, destinados ao suprimento das cidades da região, originárias das atividades mineratórias dos séculos XVIII e XIX. A localização da região no 'interland' do país levou-a a um relativo isolamento econômico e administrativo durante o Século XIX, tendo uma reduzida população dispersa entre os pequenos centros urbanos e as extensas pastagens para gado.

A partir do início do século, a construção de ferrovias como a Noroeste do Brasil, e a extensão da Estrada de Ferro Mogiana e da Estrada de Ferro Paulista até o Centro-Oeste do país, estabeleceram a ligação do Triângulo Mineiro a importantes centros urbanos paulistas, como Ribeirão Preto e Barretos. Desde então, o Triângulo expandiu sua produção de carne bovina para os mercados consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro. Parte mais reduzida desta produção teve como destino o mercado externo, através dos portos de Santos e do Rio de Janeiro.

a.2 - O Desenvolvimento do binômio agricultura/pecuária na região

A maior demanda de alimentos provocada pela intensa urbanização ocorrida em São Paulo a partir de 1930 estimulou o crescimento da produção de cereais no Triângulo, até então destinada aos mercados locais. A produção de arroz, em especial, faz crescer a área cultivada relativamente à área destinada a pastagem extensiva, incorporando-se ao cultivo especialmente as melhores terras (matas). Transformam-se as relações de produção na agricultura local, com especial ênfase na expansão da parceria, como sistema de trabalho. O antigo agregado - encarregado do desmatamento e plantio de cereais (principalmente arroz) para a formação de pastagens (o 'jaraguá' é a gramínea da região), transforma-se em parceiro. Se antes o 'agregado' cultivava o terreno por dois ou três anos, até que se formasse a pastagem, devolvendo-o então ao proprietário em contrapartida ao recebimento de um percentual da produção, o parceiro é um trabalhador mais permanentes na fazenda. O plantio de cereais deixa progressivamente de ser uma atividade subsidiária à pecuária, crescendo em importância a figura do parceiro e sua família, que trabalham para o mercado. O parceiro aparece na região co

mo a relação de trabalho mais adequada à produção de cereais, tendo em vista a grande extensão média das propriedades e o número e s c a s s o da população. Além do mais, ele e sua família, como moradores da fazenda, cuidam também do gado.

O movimento migratório para a região trouxe, especialmente nas décadas de quarenta e cinquenta, levas de nordestinos, gaúchos, mineiros e paulistas, que se instalam como parceiros e 'peões' de gado, já que as iniciativas governamentais de co lo n i z a ç ã o na região se constituíram em programas de reduzid i s s i m a s pro p o r ç õ es.

A forma combinada de lavoura e pecuária que caracteriza principalmente o período 1930/60 permitiu ao Triângulo manter um nível elevado de expansão agrícola na região, superior às demais regiões do Estado de Minas. Especialmente no que se refere às décadas de cinquenta e sessenta, quando a agricultura mineira entra em período de estagnação, a produção agrícola triangulina se desenvolve rapidamente.

Por volta de 1950, a prosperidade dos pecuaristas/cerealistas pode ser vista através da intensificação da mecanização nas fazendas, o que vai refletir-se em uma radical transformação das relações sociais do trabalho agrícola na região.

a.3 - A mecanização agrícola do Triângulo e a passagem ao trabalho assalariado

A ampliação extensiva da área cultivada - que passa das terras de floresta para as terras de cerrado - exige o uso cada vez maior do trator e de outros implementos agrícolas, não só para o preparo do terreno, como também nas fases de plantio e colheita. Na década de sessenta, pesquisa realizada na região concluiu que havia uma 'super-mecanização' agrícola, tendo em vista os preços do maquinário e os níveis locais de salário rural.¹² Embora as co n c l u s õ es da pesquisa considerem que tal comportamento 'irracional' dos fazendeiros locais deva ser explicado por 'motivações não-eco n ô m i c as', como o prestígio social, é interessante notar que tal a c u m u l a c u m u l a ç ã o se deu num período de contração geral do crédito no país e no Estado de Minas, o que revela a importância do capital agrícola acumulado naquela época na região.

Antes da utilização do trator na região, tanto o plantio de pastagens quanto a produção de cereais eram limitados a um

processo de preparação do terreno, que consistia em três fases: a derrubada inicial das matas (machado); o desmatamento propriamente dito - a queima das árvores (vendidas como carvão) e o empilhamento de parte delas para utilização como lenha; e, finalmente, o 'arrancamento dos tocos' (enxada) e a aração do solo (arado animal). Com a mecanização, novas práticas agrícolas foram introduzidas no Triângulo, incluindo a aplicação de fertilizantes. Uma destas transformações se refere à substituição da queimada do solo por calcário e fertilizantes à base de fosfato. As novas práticas se tornaram mais complexas, refletindo a complementariedade entre mecanização e o uso de insumos agrícolas. Por serem mais complexas, as operações agrícolas introduzidas pelo uso do trator e seus implementos tornaram prescindíveis (ou menos necessárias) grande parte das tarefas anteriormente executadas pelo parceiro e seus familiares. Estima-se, na região, que um trator pode substituir, em média, o trabalho de 20 a 30 trabalhadores nas atividades de cultivo do arroz.

O preparo mecanizado do solo para o cultivo no cerrado introduziu novas operações e modificou as anteriores. A derrubada inicial das matas (trator acoplado com uma lâmina), o empilhamento das árvores e o transporte para a casa da fazenda; contorno do terreno, para evitar a erosão do solo; o 'arrancamento dos tocos'; a fertilização do solo com cal para controle da acidez do cerrado; a primeira gradeação para misturar a cal e o solo; a fertilização com fosfato; a segunda gradeação para misturar o fosfato e o solo; a gradeação final, com uma grade mais leve para eliminar os torções menores, são operações mecanizadas, realizadas por um tratorista, com a ajuda de um número reduzido de empregados permanentes.

O plantio, anteriormente uma operação manual, também passa a ser realizado pelo trator adaptado a uma plantadeira, que se meia na densidade e no espaçamento desejados e lança, ao mesmo tempo, o inseticida no terreno.

Desta forma, como operações manuais restaram apenas a capina (se o terreno for plano, esta operação pode também ser feita por um trator, embora a melhor capina considerada na região seja mesmo a manual) e a colheita (que inclui enfeixamento, debulhamento, secagem e ensacamento).

O quadro abaixo mostra a concentração do trabalho manual nas operações finais do cultivo do arroz de sequeiro, devido à subs

ARROZ DE SEQUEIRO - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL -

- TRABALHO (T/D) E MAQUINÁRIO (H/M) (*) -

POR HECTARE - TRIÂNGULO MINEIRO

	Unidade	Quantidade
Custos Operacionais de Trabalho e Maquinário	H/M & T/D	37,0 & 39,5
1 - Preparação do Solo e Plantio	H/M & T/D	24,0 & 3,5
Derrubada das árvores	H/M & T/D	2,0 & 0,2
Desmatamento	H/M & T/D	1,0 & 0,5
Aração e Gradeação	H/M & T/D	6,0 & 0,6
Remoção de Tocos e Raízes	H/M & T/D	1,0 & 0,8
Fertilização (cal)	H/M & T/D	2,0 & 0,2
Desterroação	H/M & T/D	3,0 & 0,3
Plantio	H/M & T/D	9,0 & 0,9
2 - Capina	T/D	- 2,0
3 - Colheita	H/M & T/D	8,0 & 12,0
4 - Debulhamento	H/M & T/D	5,0 & 15,0
5 - Secagem e Ensacamento	T/D	- 5,0
6 - Transporte Interno	T/D	- 2,0

(*) T/D = Trabalhadores/Dia

H/M = Horas/Máquina

tituição de parte substancial do trabalho por máquinas, no preparo do terreno e no plantio, em uma fazenda da região. Com efeito, enquanto estas duas operações iniciais requerem 3,5 Trabalhadores/Dia para o cultivo de um hectare, as operações finais (incluindo a capina) requerem 36,0 Trabalhadores/Dia para a mesma extensão de terreno. Como era de se esperar, situação inversa ocorre para os requerimentos de Horas/Máquina nas operações iniciais e finais. O trator e seus implementos são mais intensamente utilizados na preparação do solo e plantio - 24,0 H/M - do que nas fases finais do cultivo - 13,0 H/M.

Desta forma, o exemplo sugere não só que o trator fica ocioso certas fases do cultivo - o que explica em parte a prática do aluguel de tratores na região, uma forma de disseminar a meca-

nização sem ampliar o investimento - como também que a parceria, como sistema de trabalho familiar constante ao longo do ano agrícola, torna-se também ociosa. A introdução da legislação trabalhista no campo, conferindo certos direitos sociais ao parceiro, e tornando este sistema de trabalho menos lucrativo para o proprietário de terras, também explica parte da decadência da parceria. Além de estabelecer critérios precisos para a delimitação da quota-parte do proprietário, o Estatuto da Terra limita o controle econômico do proprietário sobre seu parceiro, quanto a trabalhos extras na fazenda, venda da colheita, etc.

No período 1963/73, a importância relativa do parceiro como categoria de trabalho decresce de 68% para 32% na região enquanto o número de tratores por 100 homens-ano de trabalho aumentou de 4,1 para 7,8. (Paiva e Nicholls, 1979).^{12a} Além disto, durante a década de setenta, a região passa de uma situação de escassez de trabalho para um excesso de trabalho. O fenômeno do boia-fria se estende pelas lavouras não só de arroz, como de milho, algodão, cana de açúcar, soja e café. (De acordo com os Censos Agropecuários de 1960 e 1970, os empregados temporários passam de 18.244 para 28.996, representando 20,1% e 28,2% da PEA agrícola, respectivamente).

a.4 - As transformações na estrutura de propriedade e uso da terra

Os parceiros e moradores expulsos das terras migram para as cidades vizinhas ou para outras regiões como Goiás, Pará, Mato Grosso e Maranhão. Este movimento de população causou uma redução na população rural do Triângulo no período 1960/70, sendo que alguns municípios como Ituiutaba, perdem não só população rural, como também urbana.

O movimento populacional rural-urbano na década de sessenta na região parece mais ligado a fatores relacionados à expulsão do campo que à atração exercida pela industrialização local, já que naquela década a atividade agrícola era ali a atividade mais dinâmica. Neste sentido, a migração rural-urbana se explica através do "push-effect" exercido pela modernização das atividades agrícolas, naquele período.

Parte do lento crescimento populacional da região naquela década pode ser também explicado pela atração exercida pela expansão da fronteira agrícola no Norte de Goiás, Maranhão e Pará, quando não só parceiros transformados em bóias-frias, mas também pequenos proprietários emigram da região. O levantamento de Histórias de Vida entre proprietários de terra da região mostra que para aquela década o número de aquisições de terra fora da região se amplia. Das aquisições de terra levantadas nas Histórias de Vida naquele período, 40% se referiram a aquisições fora do Triângulo.¹³

Desde a década de cinquenta, observa-se no Triângulo a tendência ao fracionamento da grande propriedade. De 1950 a 1970, os estabelecimentos com mais de 500 hectares diminuíram não apenas em número, mas também em área: a participação destes estabelecimentos no número total diminuiu de 20,8% para 12,0%, sendo que sua área ocupada também diminuiu a participação na área total, de 71,9% para 55,9%. Esta redistribuição de área beneficiou os estabelecimentos médios (de 100 a 500 hectares). Não apenas sua área ocupada aumentou relativamente à área total (4,6% para 9,1%), mas o número de estabelecimentos também experimentou um crescimento relativo (de 37,2% do total de estabelecimentos em 1950, para 45,4% em 1970). (Dados dos Censos Agropecuários de 1950 e 1970).
 mentos pequenos (até 100 hectares) e médios (de 100 a 500 hectares). Quanto aos primeiros, por exemplo, não apenas sua área ocupada aumentou relativamente à área total (4,7% para 9,3%), mas o número de estabelecimentos também experimentou um crescimento relativo (de 45,5% do total de estabelecimentos em 1950, para 53,5% em 1970).

Não apenas fatores como o sistema de herança e a mobilidade econômica e social - proporcionada pela atividade do terciário à população urbana desejosa de tornar-se proprietária de terras - contribuem para o fracionamento da grande propriedade, como apontam as observações levantadas pelas Histórias de Vida locais. Um outro fato indica que para a região torna-se importante distinguir 'concentração de propriedade rural' (ou melhor, estabelecimento rural), de 'consolidação de propriedade rural'.

É freqüente na região um indivíduo ser proprietário de mais de um estabelecimento, em geral pertencentes a municípios diferentes. Dos proprietários entrevistados, cerca da metade possuía mais de uma propriedade, sendo que foram registrados casos de proprietários que possuíam quatro propriedades. Um destes proprietários, por exemplo, possuía terras no Triângulo e Goiás que, no conjunto, totalizavam mais de 7.000 hectares.

A freqüência destes casos de propriedade não consolidada na região se relaciona à ampliação do arrendamento capitalista no período 1960/70, quando os estabelecimentos entregues a arrendatários passam de 6,6% para 11,8% do total de estabelecimentos rurais. Como o número de estabelecimentos entregues a parceiros apresenta tendência decrescente (de 8,1% do número de estabelecimentos em 1960 passa a 5,0% em 1970), o movimento de não-consolidação da propriedade rural no Triângulo parece também indicar uma ampliação das relações capitalistas quanto à separação entre propriedade e atividade produtiva.

Dados revelados pelas Histórias de Vida dos parceiros indicam que aqueles que ainda permanecem no campo não correspondem

ao tipo geral de camponês auto-suficiente, que trabalha a terra com sua família e produz os itens básicos de sua subsistência. O uso crescente de tecnologia por parte dos proprietários afetou a organização da produção do parceiro. A preparação do solo é frequentemente feita com o trator do proprietário. Sementes e outros insumos são comprados pelo proprietário, que reparte estes custos com o parceiro. Usualmente, este produz um excedente suficiente para pagar a quota-parte do proprietário (50% da produção) e vender o excedente de sua subsistência no mercado.

Como a mecanização torna supérfluo o trabalho familiar em várias fases da atividade produtiva, vários membros da família costumam migrar para as cidades vizinhas em busca de trabalho. Na época da colheita, quando mais braços são necessários, o parceiro costuma contratar bóias-frias, o que torna ainda mais complexo o sistema de parceria remanescente na região.

A tendência à especialização da atividade produtiva é outra característica da parceria na região. Temendo ter de reembolsar o parceiro por melhorias feitas em suas terras, o proprietário não permite que este cultive nenhuma cultura permanente ou faça qualquer construção nos limites de sua fazenda. Este fato explica em parte a crescente dependência da subsistência do parceiro com relação à provisão externa de alimentos. O levantamento de uma amostra do orçamento básico familiar do parceiro demonstrou que o valor da alimentação comprada é maior do que o valor monetário imputado à alimentação produzida por ele. Isto significa que sua dieta básica se transformou, hoje incluindo uma maior quantidade de massas e pão, com o sacrifício de menores quantidades de leite e carne. Os parceiros plantam comercialmente arroz, milho e feijão, vendendo uma fração relativamente alta da produção (de 50% a 75%). Dados levantados em 83 lotes de parceiros na região revelam que o tamanho médio do lote (que atualmente se situa em torno de 15 hectares) tem crescido nas duas últimas décadas. Isto revela não uma maior importância do sistema de parceria, (como já vimos anteriormente, os Censos Agrícolas mostram que o número de parceiros tem se reduzido na região - de 17.102 parceiros em 1960, para 12.985 em 1970), onde a mecanização transforma o trabalho de vários parceiros e suas famílias em responsabilidade de apenas um deles e de bóias-frias contratados.

A modernização das atividades agrícolas no Triângulo aponta, pois, para a crescente importância do trabalho assalariado em

relação ao trabalho familiar de parceiros. Dados dos Censos Agropecuários de 1960 e 1970 mostram que o trabalho assalariado (permanente e temporário) cresceu de 28.195 para 40.358, representando, respectivamente, 31,0% e 39,2% da PEA agrícola. Dados retirados de Paiva e Nicholis, 1979, não indicam, porém, que o emprego rural tenha crescido. Ao contrário, de 1963 a 1973, o número de empregados permanentes e temporários decresceu (63% e 11%, respectivamente).

Ao contrário do que se poderia esperar, tendo em vista os direitos sociais conferidos ao trabalhador permanente - único trabalhador assalariado coberto pela legislação trabalhista - este ainda conserva traços do antigo colono da região. Frequentemente ele vive com sua família na fazenda, o que lhe garante certas vantagens, como casa, pomar, criação de animais domésticos, condução gratuita, etc. Por outro lado, a ação dos sindicatos rurais locais ainda não conseguiu que os direitos sociais conferidos pela legislação sejam efetivamente usufruídos pelos empregados permanentes.

O trabalhador temporário - bôia-fria ou trabalhador de empreitada - mora geralmente na periferia das cidades maiores, a espera de trabalhos eventuais. Por ser completamente destituído de meios de produção, é considerado o representante do proletariado rural puro. Embora a remuneração diária do trabalhador temporário seja superior à remuneração equivalente do trabalhador permanente, o fato de que ele passa a maior parte do ano desempregado na região, torna sua renda anual inferior à deste último. A comparação dos orçamentos familiares de uma amostra de parceiros, empregados permanentes e bôias-frias na região demonstra que a modernização agrícola, transformando grande parte dos parceiros e empregados permanentes em bôias-frias, causou uma profunda deterioração das condições de vida destes últimos.¹⁴

b) A identidade entre acumulação capitalista industrial e agrícola

De acordo com o anteriormente exposto, a disrupção das relações não-capitalistas de produção no Triângulo Mineiro constitui a explicação básica para o avanço do capitalismo agrário local, especialmente durante a década de sessenta. Para entender-se, porém, o processo mais recente de 'modernização' agrícola, é necessário ir além da verificação histórica e estatística de como se processou a ampliação do assalariamento na região, relativamente a outras formas de trabalho.

A partir especialmente da década de setenta, é a penetração de capitais externos à região a característica básica do de

envolvimento agrícola. Estes capitais significam não apenas produção local de insumos modernos - tais como fertilizantes - mas também modernização no processamento e comercialização dos produtos agrícolas.

A este novo processo de expansão industrial no campo - a que se dá o nome de industrialização da agricultura¹⁵ - corresponde não só a transformação das relações capitalistas de produção, mas também um novo controle capitalista da produção local.

Este novo controle se expressa através da diferenciação econômica e social entre os produtores agrícolas locais, resulta do da mobilização e controle do excedente agrícola pelo capital industrial. Esta diferenciação social, como veremos adiante, expressa não apenas a tradicional divisão entre proprietários e não-proprietários de terra, mas enfatiza as diferenças entre os proprietários, com base nas relações diferenciadas que estes mantêm com o capital industrial.

Especialmente em Minas Gerais, não se pode entender a industrialização da agricultura sem referir-se à política local de estímulo à industrialização, através de captação de capitais externos. A expansão agro-industrial tornou-se, a partir de fins da década de setenta, um dos instrumentos para fazer crescer o PIB mineiro, enquanto se expandiria o emprego nas cidades de porte médio e reduziria o fluxo migratório para a Zona Metalúrgica. Neste sentido é que, antes de passarmos à verificação de como se transformam as relações de produção numa agricultura regional industrializada, é necessário ressaltar a importância recente do setor agro-industrial em Minas Gerais.

b.1 - A estratégia econômica do Estado mineiro: de interesses agrários locais a grandes complexos agro-industriais

O rápido crescimento do PIB mineiro na década de setenta - em especial de 1972 a 1977 - foi em grande parte obra da expansão dos investimentos externos, atraídos pelos incentivos fiscais criados pela Lei nº 5261/69.¹⁶ Dados retirados das Mensagens do Governo Mineiro (1973) revelam que do total do investimento facilitado pela referida Lei Fiscal, apenas uma reduzida parte era representada pelo capital local: 29% em 1971 e 30% em 1972. Os resultados desta política logo se fizeram sentir. Três anos

após o início da aplicação da Lei, o PIB mineiro crescia a uma taxa anual de 12,9% a.a., taxa mais elevada do que a correspondente para o PIB nacional, quando o Brasil vivia o auge de seu milagre econômico.¹⁷

Esta rápida expansão industrial contrasta com o crescimento mineiro das décadas anteriores, quando as tentativas governamentais para a industrialização do Estado foram, de maneira geral, mal sucedidas. Entre as razões que explicam o insucesso da industrialização mineira, enfatizam-se a pouca competitividade das pequenas indústrias locais comparadas às de São Paulo, e a retenção da maior parcela do excedente produzido pelas grandes siderúrgicas de Minas Gerais, por parte da indústria paulista de duráveis.¹⁸

Durante a primeira metade da década de setenta, o desenvolvimento industrial mineiro se explica principalmente pela rápida expansão da produção dos subsetores metalúrgico, elétrico e não-metálico. Devido a um crescimento menos dinâmico destes subsectores durante a segunda metade da década, o desenvolvimento industrial de Minas começou a mostrar os primeiros sinais de perda de ímpeto.

Outros subsectores - de menor importância dentro do PIB mineiro - como o subsector agro-industrial, mostraram, ao contrário, uma tendência persistente para crescer, ao longo da década. Este comportamento do complexo agro-industrial mineiro pode ser explicado não só pelas transformações na dieta das classes média e alta brasileiras e no mercado internacional de alimentos, mas também pela atuação das políticas federais e estaduais de apoio à modernização agrícola. Além disto, a expansão do complexo agro-industrial em regiões de menor densidade populacional satisfaz as intenções do programa mineiro de desconcentração espacial da Zona Metalúrgica.

Contrastando com alguns subsectores industriais em declínio nos últimos anos da década de setenta - como o elétrico - e com o descenso da produção agrícola no período 1976/78, as agro-indústrias em expansão parecem sugerir uma bem sucedida integração entre capitais agrários locais e parcelas do grande capital, nacional e estrangeiro. Se a expansão agro-industrial em Minas se revelar um processo permanente, e de importância crescente no PIB, o Estado terá conseguido resolver um antigo dilema de política pública, que se revela desde o início deste século. Trata-se de con

ciliar a chamada 'vocação agrícola' do Estado, com o velho sonho mineiro da industrialização. Até então, historicamente inconciliáveis, as duas metas parecem unir-se através de uma fórmula já conhecida em Minas Gerais, mas que só agora parece dar seus primeiros frutos: a industrialização implementada em nome dos interesses agrários.

Para que esta velha fórmula mineira começasse a funcionar, foi necessário esperar que o capitalismo hegemônico a nível nacional a adotasse. Com isto eu quero dizer que os insucessos anteriores da política mineira, quanto à industrialização da sua agricultura, são facilmente explicáveis à luz do modelo de desenvolvimento econômico então adotado a nível nacional. Similarmente, o recente sucesso do crescimento agro-industrial mineiro só pode ser entendido como uma extensão dos interesses hegemônicos a nível nacional, o que demonstra uma certa homogeneização das relações capitalistas de produção.

Antes da década de setenta, são freqüentes os exemplos de tentativas mal-sucedidas do Estado mineiro para modernizar sua agricultura. Desde o final da década de quarenta, apesar da importância da elite agrária mineira, vários projetos agro-industriais que contavam com o apoio ou a participação do Estado, não passaram de meros projetos.

Em 1947, a execução do Plano de Recuperação Econômica do Governo Milton Campos foi entregue à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, órgão que, como o próprio nome indica, era o responsável pela execução dos 'fomentos' à atividade econômica em geral. O Plano enfatizava o desenvolvimento agrícola, através de estímulos à produção de adubos e de alguns produtos, como o trigo e o algodão. No caso deste último, o diagnóstico econômico da época indicava a necessidade de rápida ampliação na sua produção para fornecimento à indústria têxtil mineira, já sofrendo as conseqüências da mais alta produtividade da indústria paulista. Fornecendo apenas 38,7% do algodão consumido pelo setor em 1947, a agricultura mineira era atribuída parte dos problemas vividos pelos têxteis, então responsáveis pelo mais elevado nível de emprego do Estado. Mas, apesar da criação de uma entidade especial na Secretaria da Agricultura - o Serviço de Fomento ao Algodão - a produção de 1949 representou um decréscimo de 47,6%, com relação à produção dos dez anos precedentes (Mensagem do Governo Milton Campos, 1948 e 1949).

Da mesma forma, a produção agro-industrial de laticínios (leite, manteiga e queijo), responsável no início da década de cinquenta por 59% do valor da produção de alimentos e 12,4% do valor total da produção econômica de Minas (Mensagem do Governo Juscelino Kubitschek, 1951), sofre naquela época a concorrência da produção paulista, que já apresentava tecnologia mais avançada, especialmente quanto ao fabrico de leite em pó e leite condensado. Da mesma forma também, o Estado mineiro intervém em favor dos interesses dos pecuaristas, neste caso já organizados em uma cooperativa bastante ativa, a CCPL. De acordo com denúncias da CCPL, Minas estava perdendo sua posição para São Paulo, principalmente devido às más condições técnicas de armazenamento e transporte para o mercado consumidor. Isto fazia com que uma crescente fração deste mercado estivesse optando pelo consumo de leite em pó, cuja produção no Brasil (especialmente em São Paulo, cresceu de 9 milhões de quilos em 1952, para 17,5 milhões em 1953 (Estado de Minas, 27.06.1956:17)).

A resposta do Governo Kubitschek às demandas dos produtores de leite foram apenas paliativas. Com respeito à melhoria nas condições de transporte dos produtos, aquele governo iniciou o asfaltamento das rodovias que ligam Minas a São Paulo e Rio de Janeiro. Passou também a Rede Mineira de Viação às mãos do governo federal, para que este, dotado de mais recursos, resolvesse os problemas financeiros desta, melhorando as condições de transporte e higiene dos produtos. Outra medida tomada pelo governo mineiro dizia respeito à melhoria técnica da produção de laticínios. Dispondo de poucos recursos para importar ou financiar a importação de equipamentos para esta indústria (de acordo com as Mensagens dos Governos Mineiros de 1948 a 1956, no período 1947/1955, apenas em 1951 o orçamento público apresentou superavit), o Estado nada mais fez do que ampliar o programa de orientação técnica a produtores, então existente. Criada na década de quarenta, a Fábrica-Escola de Laticínios "Cândido Tostes", localizada em Juiz de Fora e de propriedade do Estado, destinava-se a treinar e formar especialistas em produção de laticínios. Na década de cinquenta, outras escolas similares foram então criadas no Estado (como, por exemplo, as de Serro e Três Corações), com vistas a ampliar a competitividade da produção mineira vis-a-vis à paulista. O mero treinamento de mão-de-obra não foi capaz, no entanto, de solucionar uma questão muito mais profunda. Tratava-se de concorrer não só com a produção paulista, mas com empresas estrangei-

ras - como a Nestlé, instalada no Brasil desde 1921, e produzindo, já na década de cinquenta, não apenas leite condensado e em pó, mas chocolate em barra, chocolate solúvel e café solúvel. Em pouco tempo, as pequenas fábricas de queijo de Minas foram marginalizadas pela produção moderna da Nestlé, que absorveu parte considerável da produção de leite do Estado. Além disto, os requisitos técnicos e sanitários impostos pelo Governo Federal, quanto à pasteurização do leite, reforçaram o processo de expulsão das fábricas locais.

Às demandas dos interesses da pecuária de corte, o Estado Mineiro respondeu com a criação da Frimisa - Frigoríficos Minas Gerais Sociedade Anônima. Como nos exemplos anteriores, a tentativa de apoio à influente elite dos pecuaristas mineiros não passou de boas intenções do governo mineiro.

Em 1948, dois Congressos de pecuaristas foram realizados em Minas Gerais. O primeiro, a Reunião dos Pecuaristas de Minas, foi organizado pela Federação das Associações Rurais e pela Sociedade Mineira de Agricultura, com o apoio da Assembléia Estadual de Deputados. De acordo com o Congresso, o principal problema da pecuária mineira era a baixa produtividade do rebanho, o que causava freqüentemente a matança das matrizes e, conseqüentemente, a diminuição a longo prazo do rebanho mineiro. Devido a esta situação, os pecuaristas solicitaram prazos mais longos de pagamentos a empréstimos tomados do Banco do Brasil, preços mais altos para a carne e a criação de uma cooperativa central (Cooperativa Central de Mobilização Pecuária), que deveria desenvolver a indústria de carne em Minas.

Dois meses mais tarde, a este Congresso seguiu-se outro. Desta vez tratava-se de um Congresso Nacional (Congresso Nacional de Pecuária), com o apoio do Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais. A importância política deste Congresso se revela pelo fato de que ele foi o primeiro congresso nacional de pecuaristas no país, reunindo representantes de dezessete estados e do Distrito Federal, demonstrando assim a influência dos pecuaristas mineiros. A demonstração de sua importância é também revelada pelos resultados de suas demandas ao Estado de Minas.

O projeto da FRIMISA - um frigorífico que representaria o processamento em Minas de maiores quantidades de carne - foi a resposta do governo às queixas dos pecuaristas de que não basta-

va ao Estado possuir um grande rebanho. A estagnação da pecuária mineira era devida a sua posição como mera fornecedora de matéria prima para os frigoríficos paulistas. De acordo com o Estado de Minas, (27.06.1956:23), Minas Gerais, que possuía o maior rebanho bovino do país (12.262.000 cabeças), abatia apenas 5,0% do total, enquanto o Rio Grande do Sul (9.000.000 cabeças) abatia 12,9% e São Paulo (7.790.000) abatia 21,2%. Além disto, Minas apresentava, relativamente a estes dois Estados da Federação, um baixo percentual de abates em frigoríficos, com relação ao total anual de abates. O rebanho mineiro abatido em frigoríficos constituía apenas 1,1% do total de abates, enquanto no Rio Grande do Sul e em São Paulo, as respectivas proporções eram de 28,3% e 45,9%.

A FRIMISA foi criada sob a forma de sociedade por ações. O Estado mineiro tinha 26% das ações, enquanto os restantes 74% viriam dos bancos locais. Constituída desta forma, a FRIMISA seria criada apesar da falta de capital estatal, tendo em vista os altos custos do projeto. O capital total da FRIMISA se calculava em torno de 1/5 do capital da Belgo Mineira (a maior indústria siderúrgica do Estado naquele período). (Estado de Minas, 29.04.1955: 2).

A situação econômica de Minas naquela época era, no entanto, de profunda estagnação. Neste sentido, nem os bancos locais foram capazes de financiar o projeto. Aliada à crônica insuficiência de fundos, práticas de corrupção durante a fase de instalação da FRIMISA foram frequentemente denunciadas pela oposição. Tendo em vista o incêndio ocorrido nas instalações da construção do projeto em 1955, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiou parte dos recursos necessários ao prosseguimento do projeto. A falta crônica de recursos, no entanto, adiou o funcionamento pleno do projeto até meados da década de sessenta.

Outro projeto agro-industrial, apoiado pelo Governo do Estado na década de cinquenta, foi a Fertilizantes Minas Gerais Sociedade Anônima - FERTISA - que, como nos casos descritos anteriormente, tornou-se inviável como atividade econômica naquela época. Devido à insuficiência dos capitais locais e dos recursos do Tesouro Mineiro, o capital da FERTISA constituiu-se pela integração de três grupos de acionistas, a Companhia Mineira de Engenharia, o Ministério da Agricultura e alguns bancos locais, com 40%, 40% e 20% dos fundos totais, respectivamente.

A razão básica para a criação da FERTISA fazia parte de um programa público de modernização da agricultura mineira, durante o Governo Kubitscheck. Os problemas de escassez de alimentos nos centros urbanos mineiros, principalmente a partir de 1952, foram diagnosticados como resultantes do atraso da nossa agricultura, identificando-se tal atraso com a prática de cultivo extensivo, que acabava por destruir os solos. Daí a criação de um programa agrícola que incluía a expansão da indústria de fertilizantes, reflorestamento, crédito rural e aquisição de equipamento agrícola, para ser doado ou vendido a prestações para os produtores (Mensagem do Governo Kubitscheck, 1953).

O projeto da FERTISA tinha, pois, o objetivo de melhorar as condições dos solos cultiváveis e, assim, obter uma produção agrícola mais substancial, que satisfizesse a demanda urbana de alimentos. Outra justificativa do projeto era a possibilidade que se criaria de economizar divisas, através do decréscimo na importação de fertilizantes. A produção da FERTISA utilizaria como matéria prima as imensas reservas de fosfato de Araxá. Para tal, eram necessários equipamentos importados, no valor inicial de US\$ 12.000.000 (1954). Em 1955, o capital calculado como necessário para a importação de tais equipamentos já atingia a US\$ 20.220.000. Como o capital então constituído representasse apenas 5% deste capital necessário, em 1956 o governo do Estado conferiu à FERTISA 1/4 da receita anual obtida pela aplicação da Taxa de Recuperação Econômica, uma taxa estadual instituída pelo Plano de Recuperação Econômica. Esta medida tornou possível adicionar, ao capital prévio, um volume de recursos equivalentes na época a US\$ 1.200.000 (6% do investimento requerido).

A participação financeira do Estado no projeto da FERTISA, além de insignificante quanto ao total requerido do investimento, contribuiu para torná-lo definitivamente inviável na época. Sendo uma empresa constituída por fundos privados e públicos, a FERTISA não pôde beneficiar-se de uma política especial criada pelo Governo Federal, para estimular o processo privado de substituição de importações. A permissão para beneficiar-se do custo de câmbio, para a aquisição dos equipamentos estrangeiros, foi negada à FERTISA pela SUMOC. Apesar das insistentes denúncias ao tratamento preferencial que se dava à importação de fertilizantes pelo Ministério da Agricultura, os interesses agro-industriais mineiros não conseguiram importar os equipamentos. A importação de fertilizantes,

ao contrário, era beneficiada durante 1954 e 1955 por uma taxa especial, 30% mais baixa do que a taxa do mercado livre (Mensagem do Governo Bias Fortes, 1956).

A razão da não-prioridade à produção nacional de fertilizantes se explica pela pouca importância que o Governo Federal concedia à modernização agrícola na década de cinquenta. Dos recursos totais programados para serem aplicados pelo Plano de Metas, por exemplo, apenas 3% se destinavam à agricultura, principalmente à expansão e melhoria da infra-estrutura de armazenamento e transporte¹⁹.

A criação da CAMIG - Companhia Agrícola de Minas Gerais - em 1957, foi também uma tentativa de modernizar a agricultura mineira. Desta vez, não se tratava, no entanto, de um projeto de industrialização de produtos agrícolas (como no caso da FRIMISA), ou de insumos agrícolas (como no caso da FERTISA). O principal objetivo da CAMIG era expandir a comercialização de insumos e maquinário agrícola, sem se envolver com os altos custos da fabricação. De fato, no fim da década de cinquenta, Minas já demonstrava preferência pelos investimentos siderúrgicos, buscando, desta forma, a realização do velho sonho industrialista dos mineiros.

A CAMIG foi também constituída como uma sociedade de economia mista. O capital inicial era de cerca de US\$ 8.000.000, sendo 60% de propriedade do Estado. A constituição do capital, neste caso, foi bem mais fácil. Não apenas o valor do investimento total era inferior aos casos anteriores, como a integração da parcela do Estado pôde ser feita por meio de seus valores patrimoniais. Como esta parcela era representada por parte substancial do patrimônio da Secretaria de Agricultura, a criação da CAMIG representou, do ponto de vista da organização administrativa do Estado, uma perda de poderes institucionais da Secretaria. À CAMIG, por exemplo, coube a venda de insumos, produtos e maquinaria agrícolas aos produtores, tarefa anteriormente da competência do Departamento de Comércio da Secretaria da Agricultura. Da mesma forma, passou às mãos da CAMIG a produção de óleo e fibras de algodão, uma atividade anteriormente desenvolvida pelo mesmo Departamento. Os setores de conservação do solo e mecanização e, também, o moinho de produção de calcário que antes pertenciam ao Departamento de Produção Vegetal, passaram à competência da CAMIG. Finalmente,

o Instituto de Tecnologia Industrial, previamente com o controle da produção da indústria de álcool de mandioca e da fábrica de fertilizantes de calcário da Cidade Industrial, passou, também, a integrar a CAMIG.

Mais importante, entretanto, foi a transferência para a CAMIG das reservas de cálcio e fosfato de Santa Luzia e Araxá. Esta transferência foi efetivada através da incorporação da FERTISA pela CAMIG. Com a incorporação da FERTISA, a produção de fertilizantes em Minas Gerais recebeu menos prioridade que os demais programas desenvolvidos pela CAMIG. Na verdade, no projeto de lei que criava a CAMIG, apresentado pelo Governo Bias Fortes à Assembléia em 1956, a produção de fertilizantes não foi mencionada sequer uma vez. As prioridades da CAMIG eram claramente a comercialização de insumos agrícolas (especialmente fertilizantes e sementes selecionadas importadas) e a prestação de assistência técnica a ser dada aos produtores.

De fato, a criação da CAMIG representou os resultados de uma tendência mais ampla na direção do decréscimo da importância da Secretaria da Agricultura, com relação a outras instituições governamentais. Se se observa, por exemplo, a evolução do orçamento da Secretaria de 1952 a 1960, apresentada na tabela a seguir, percebe-se que ele decresce relativamente ao orçamento corrente total do Estado.

PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E
OUTRAS INSTITUIÇÕES, RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO TOTAL - ESTADO
DE MINAS GERAIS - 1952, 1954, 1955, 1956, 1958 e 1960 (Em %)

INSTITUIÇÕES	1952	1954	1955	1956	1958	1960
1 - Depto. de Água e Energia Elétrica	0,8	0,5	0,8	0,3	0,3	0,4
2 - Departamento de Estradas de Rodagem	8,3	6,7	11,7	3,9	1,4	11,8
3 - Secretaria de Viação	12,2	7,1	6,9	6,5	5,2	5,8
4 - Secr. da Agric., Ind., Com. e Trabalho	9,0	6,8	5,1	6,6	5,0	3,8
5 - Secretaria das Finanças	34,7	41,6	32,6	32,8	42,3	35,0
6 - Secretaria da Educação	8,9	11,1	8,1	18,3	16,2	11,2
7 - Outras	26,1	26,2	34,8	31,6	29,6	32,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Mensagens do Governo: 1953, 1955, 1956, 1957, 1959 e 1961.

De acordo com Mensagem do Governador Bias Fortes (1959), a ação inicial da CAMIG era desenvolver a venda de produtos agrícolas, assistência técnica (através de 'remuneração justa'), execução de conservação da terra e irrigação. Além disto, a mecanização daria prioridade à execução do trabalho de infra-estrutura, incluindo a abertura de estradas. Como segunda prioridade, o programa de mecanização se encarregaria da preparação do solo, plantio e colheita.

Para tão amplos propósitos, a CAMIG contava com recursos bastante escassos. A assistência técnica, por exemplo, seria dada aos produtores mineiros por apenas "30 ou 50 patrulhas moto-mecanizadas". Mesmo a importação do maquinário agrícola, através de um empréstimo do Eximbank, não foi suficiente para prover a CAMIG com recursos necessários para implementar a modernização agrícola, da maneira como havia sido planejado. De acordo com o Minas Gerais (14.03.1958:01), o empréstimo permitiu à CAMIG prover apenas 746 propriedades rurais de maquinário importado. Este maquinário incluía 843 tratores, 63 combinadas, 4 colhedeiras, 284 plantadeiras e 284 cultivadores.

Devido ao reduzido número de beneficiários, várias denúncias foram feitas à CAMIG de que apenas os grandes proprietários tinham acesso ao programa. Além disto, criticava-se, também, o caráter eleitoreiro do programa (Estado de Minas, 15.01.1959:05).

Os mal-sucedidos programas de modernização agrícola do governo mineiro, aliados a uma escassez generalizada de crédito agrícola, começaram a dar seus frutos na segunda metade dos anos cinquenta. Em 1957, o lento crescimento do produto agrícola mineiro já mostrava seus resultados nas então freqüentes crises de abastecimento de alimentos nas cidades. Este processo era reforçado pelo sistema federal de controle dos preços agrícolas (Comissão Federal de Alimentos e Preços - COFAP), o que fazia os produtores se recusarem a vender seus produtos. Para punir os especuladores, a COFAP (e sua correspondente mineira, a COAP) usou, freqüentemente, de amplos poderes que lhe conferia o Estado. No caso da elevação dos preços do arroz em 1957, por exemplo, a COFAP acusou diretamente o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) de ser o responsável pelas manobras da venda daquele cereal, o que resultou em acréscimo de 50% do preço oferecido em Minas Gerais e Goiás. Para

conter as atividades especuladoras do IRGA, a COFAP ameaçou a poderosa organização gaúcha com a suspensão dos empréstimos do Banco do Brasil (Estado de Minas, 26.04.1957:12).

Reações contra a COFAP e a COAP foram freqüentes em Minas Gerais àquela época. Inúmeros são os exemplos do descontentamento da elite agrária mineira com relação ao controle de preços. Em 1958, os pecuaristas e produtores de leite, apoiados por sua associação, a FAREM (Federação das Associações Rurais do Estado de Minas), recusaram-se a vender o leite aos preços impostos pelo Governo (Estado de Minas, 10.07.1958:06). Naquele mesmo ano, os marchantes ameaçaram o governo e os consumidores de paralizar suas compras de gado dos pecuaristas, dado o baixo preço da carne (Estado de Minas, 20.07.1958:07). Em 1959, a Federação do Comércio de Minas Gerais assumiu a defesa dos distribuidores de açúcar (Estado de Minas, 10.01.1959:8), quando estes ameaçaram o governo de abandonar o negócio e sugeriram que a COAP assumisse a venda do produto.

Freqüentemente, o Governo Mineiro permitiu a subida dos preços, cedendo assim às pressões dos produtores agrícolas (Estado de Minas, 18.01.1959 e 20.01.59). Além disto, a falta de coordenação das decisões da COFAP com relação aos diversos Estados da Federação, fazia com que os produtores se aproveitassem dos diferenciais de preços e canalizassem seus produtos para as regiões onde o controle fosse menos efetivo. Assim foi com o caso da Cooperativa dos Produtores de Leite de São Paulo, que chegou a vencer uma ação legal contra a COFAP em 1962, contra o controle de preços. Este resultado permitiu aos produtores de leite venderem o produto a preços mais altos em São Paulo. Como consequência, os produtores mineiros preferiram vender grande parte de sua produção para aquele Estado, o que fez com que Minas Gerais experimentasse uma prolongada escassez do produto (Estado de Minas, 04.04.1962:2).

A situação política agravou-se em 1962. A escassez de alimentos persistiu, trazendo protestos das massas. Aos movimentos urbanos daquele período se juntaram os conflitos entre proprietários de terras e trabalhadores rurais. O controle de preços e a escassez de crédito se somavam ao descontentamento vivido entre os produtores desde 1957, quando se ampliou o Imposto Territorial Rural para financiar parte dos recursos da CAMIG. Segundo

a FAREM e a Sociedade Mineira da Agricultura, associações de classe dos proprietários de terra, a CAMIG fora instituída com o fim de reduzir os poderes da classe, até então representados, no Governo, pela Secretaria de Agricultura (Estado de Minas, 22.06.1957:02).

A constituição da CAMIG parece assim representar, ainda que de forma incipiente, a primeira manifestação de uma política modernizante da agricultura em Minas Gerais. Se ela dividiu interesses dentro da classe proprietária, estes interesses, no entanto, mostraram-se bastante coesos em torno de questões econômicas que pareciam ameaçar a própria questão da propriedade da terra.

Em 1963, um encontro organizado pela FAREM, que reunia associações municipais rurais para discutir problemas ligados à pecuária do Estado, cedo transformou-se numa oportunidade para uma veemente oposição à reforma agrária, então em estudos pelo Governo Federal. Em junho daquele ano, foi assinado um manifesto pelos ruralistas - a Carta de Sete Lagoas - que conseguiu a assinatura de 5000 proprietários de terra e foi o movimento inicial de uma série de outros pelo país, que colaboraram para a derrota do projeto oficial de reforma agrária (Estado de Minas, 22.06.1963:05).

A política agrária implementada logo depois do golpe militar de 1964, ao contrário do que se poderia esperar pela demonstração de força política das elites agrárias em várias regiões do país, não expressou a supremacia política destas elites. As decisões políticas tomadas até 1969, incluindo o Ato Institucional Nº 9, que eliminou o pagamento da indenização por expropriação de terra, pareciam muito mais comandadas por uma abordagem 'reformista', contrária aos interesses agrícolas que haviam apoiado o golpe. A Lei Agrária, votada durante este período, chegava a prever a expropriação de terras em caso de interesse social e tributação progressiva das terras marginais ao processo produtivo.

As associações rurais tentaram interromper a votação do projeto da Lei Agrária, mas não conseguiram. Argumentavam em favor da inviolabilidade da Constituição e da criação de uma instituição autônoma (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - o IBRA), que cuidasse da reforma agrária. Posicionaram-se contra a divisão dos latifúndios, alegando os maus resultados da produção das pequenas propriedades. Eram também contra a aplicação de uma tributação progressiva da terra (Estado de Minas, 08.08.1964:05; 30.07.1964:7-8). A resignação do Ministro do Interior General Albuquerque

Lima, principal articulador de implantação da Lei Agrária - representa a derrota do projeto 'reformista'. A partir de então, este projeto é abandonado e substituído por programas específicos de desenvolvimento regional, onde o papel da colonização oficial é reforçado. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) assume a orientação da política agrária através da expansão de crédito, tornada possível pela retomada do crescimento econômico, a nível nacional, em fins da década de sessenta.²⁰

Em Minas Gerais, foi criada uma Coordenação de Crédito Rural durante o Governo Israel Pinheiro, com o objetivo de formular uma política de distribuição da crédito para todo o Estado. A Coordenação seria também responsável pelo repasse de fundos especiais criados pelo Banco Central com o apoio de empréstimos estrangeiros. Em meados de 1968, no entanto, o problema de escassez de crédito em Minas Gerais não parecia ter sido resolvido. Em junho daquele ano, as cooperativas agrícolas decidiram, em represália pela falta de crédito, a não pagarem o Imposto de Circulação de Mercadorias. Argumentavam que a falta de recursos para o plantio e colheita seria responsável pelo decréscimo de 50% na produção agrícola mineira daquele ano (Estado de Minas, 24.07.1968:06). A União das Cooperativas do Estado de Minas (UCEMG), apoiada pelo sindicato nacional (UNASCO), ameaçou dissolver as cooperativas. Sob tal pressão, o Secretário das Finanças concordou em atender algumas das demandas, que vieram a beneficiar um grupo específico de produtores, os produtores de leite. A eles foi permitido reinvestir uma fração substancial dos impostos devidos ao Estado (Estado de Minas, 07.07.1968:6; 04.08.1968:06). Esta probabilidade de reinvestimento através de débitos com o governo - o chamado crédito fiscal - foi se tornando cada vez mais em Minas uma prática governamental de estímulo à expansão do capital das empresas. Em agosto de 1966, por exemplo, a criação da SUDEMINAS (Superintendência de Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das secas) já significara uma extensão do recurso instituído pelo Governo Federal para atrair investimentos para a área da SUDENE. Como na área da SUDENE, os investimentos no Polígono das Secas também poderiam se beneficiar de 50% de dedução do seu imposto de renda.

A área do Polígono das Secas, apesar dos investimentos vindos através da SUDENE, não atraiu tantos capitais como as áreas mais populosas do Nordeste do Brasil. Além disto, a partir de 1969,

o Polígono deveria competir com incentivos fiscais adicionais, cria dos pelo Governo Mineiro para todo o Estado de Minas.

Mesmo antes da criação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social - 1971/74, considerado como o mais bem sucedido programa da industrialização mineira, Minas já vinha recebendo uma nova leva de investimentos externos. No fim da década de sessenta, como prova da confiança no novo regime recém-instalado, ampliou-se no Brasil a entrada de capital estrangeiro para investimentos diretos. Em 1967, por exemplo, quatro multinacionais se instalaram em Minas: Mitsui (fertilizantes), Toshiba (aço), Delle Althem (materiais elétricos) e Alcominas (alumínio).

Na verdade, a criação do INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial, estabeleceu uma nova era para o crescimento industrial em Minas. Criado em 1969, o INDI se organizara como uma agência orientadora de projetos industriais. Resultante de uma política industrial arquitetada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), o INDI se destinava a investigar novas oportunidades para o investimento industrial em Minas, além de tornar públicas tais oportunidades, através de vários escritórios instalados em grandes centros mundiais de negócios. Outras facilidades oferecidas pelo INDI aos investidores potenciais são crédito aberto pelo BDMG, infraestrutura e treinamento de mão-de-obra pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI), instalação de energia elétrica pela CEMIG, eventual participação do Estado no investimento (até o máximo de 40%) e redução no Imposto de Circulação de Mercadorias.

Em 1972, o PIB mineiro crescia a uma taxa de 12,9%, superior à taxa do crescimento do produto nacional. A partir da segunda metade da década, porém, o crescimento econômico começa a mostrar seus primeiros sinais de exaustão.

Este fato, que já se observara a nível nacional desde 1974, pode ser explicado em Minas pelo comportamento da produção agrícola e de alguns sub-setores industriais.

No caso da agropecuária, o lento crescimento de seu produto na segunda metade da década de setenta se explica, pelo menos, por duas razões: a redução do crédito em geral (e agrícola em particular), resultado da recessão econômica que começava a experimentar o país; e a crise do comércio internacional, que levou

a um decréscimo nos preços dos alimentos em geral e a um concomitante aumento nos preços dos insumos agrícolas.

De acordo com o então Ministro da Agricultura, "de 1968 a 1973, a conjuntura internacional foi favorável à agricultura... A partir de 1974, no entanto, o custo de produção dos produtos agrícolas aumentou rapidamente. Os preços de fertilizantes aumentaram quatro vezes naquele ano; inseticidas, duas vezes e meia ... Enquanto no período 1971/73, o crescimento médio da agricultura foi de 7,3%, no período 1974/76, ele caiu para 5,8% ... Em 1976, a contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico brasileiro foi muito pequena: enquanto o crescimento do Produto Nacional Bruto atingia 8,8% relativamente a 1975, a taxa anual na agricultura foi de apenas 4,2%" (Estado de Minas, 10.08.1977:08).

A redução na produção agrícola se deveu à política anti-inflacionária do Governo Federal, que não apenas contraiu o volume de dinheiro à disposição dos agricultores (Circular 366/76, do Banco Central), como também manteve baixos os níveis de preço mínimo, em relação aos custos agrícolas de produção (Estado de Minas, 02.08.1978:17). Estes elementos, adicionados a um controle mais rígido dos preços agrícolas (Estado de Minas, 14.03.1978:23; 06.08.1978, Caderno de Economia 1), agravaram a crise da produção agrícola, cujos primeiros sintomas apareceram em 1975, através da escassez na oferta de alguns itens básicos do consumo de alimentos (Estado de Minas, 23.08.1975:09).

Em 1978, o setor agro-pecuário brasileiro cresceu à taxa insignificante de 0,5%. Na verdade, a agricultura experimentou uma taxa negativa de crescimento (-3,0%), enquanto a pecuária expandiu-se a uma taxa de 3,2%. Para o período 1974/79, a agro-pecuária mineira apresentou também um fraco desempenho, crescendo apenas 11,6%. De acordo com Agregados Regionais, 1981 (SEPLAN), no período 1976/78, a agricultura de Minas apresentou uma taxa negativa de crescimento de -5,7%. Com respeito ao crescimento industrial mineiro, é também possível verificar que, na segunda metade da década, alguns dos sub-setores mais dinâmicos diminuíram sua taxa de expansão.

Em oposição ao crescimento dos primeiros anos da década, o sub-setor metalúrgico parece ter recentemente perdido seu dinamismo. Em 1978 e 1979, por exemplo, ele apresentou um cresci

mento de 9,2% e 5,4%, respectivamente, cifras inferiores ao ano de 1974, quando ele se expandiu a 22,4%. Em relação à metalurgia nacional, a participação da produção mineira reduziu de 42,5% para 39,1% no período 1977-78 (Mensagem do Governo Ozanam Coelho, 1979).

Descenso similar em seu ritmo de expansão ocorreu com outros sub-setores dinâmicos da economia mineira, como, por exemplo, o não-metálico e o elétrico. O produto do setor elétrico, por exemplo, decresceu de 1976 a 1979.

O sub-setor agro-industrial, ao contrário, apresentou, para a segunda metade da década de setenta, um crescimento superior ao crescimento do Produto Interno Bruto mineiro (para o período 1974/78, respectivamente 80,8% e 72,5%). Entre as indústrias mais dinâmicas do sub-setor agro-industrial (referindo-se aqui apenas às indústrias processadoras de alimentos, bebidas e cigarros), sobressai a indústria de fumo, com 204,9% de crescimento durante o período 1974/79.

A tabela a seguir mostra o crescimento relativamente superior da produção física dos alimentos processados, com relação ao setor agrícola e ao sub-setor industrial elétrico, a partir de 1976.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS - 1970/79
1970 = 100

ANOS	ALIMENTOS PROCESSADOS	AGRICULTURA	SUB-SETOR ELÉTRICO
1970	100,0	100,0	100,0
1971	114,6	74,1	133,2
1972	121,5	106,2	169,0
1973	117,7	82,1	211,9
1974	123,3	121,5	266,0
1975	143,7	88,4	523,8
1976	154,7	91,2	387,4
1977	171,0	112,9	318,8
1978	183,1	107,0	284,0
1979	192,7	135,4	283,6

FONTE: Agregados Regionais - SEPLAN - 1981.

O rápido crescimento da produção agro-industrial em Minas Gerais na década de setenta tem uma de suas explicações básicas na atuação do INDI, como agência orientadora de projetos e na expansão dos financiamentos do BDMG.

Já nos primeiros anos da década, o número de projetos agro-industriais aprovados e implementados pelo INDI demonstrava alta prioridade industrial daquele sub-setor. Em 1971 e 1972, 28,6% e 32,7% dos projetos aprovados eram agro-industriais. Nos períodos 1970/72 e 1970/73, a agro-indústria representou 24,2% e 36,8% dos projetos implementados com o apoio do INDI. A tabela a seguir mostra as posições relativas dos sub-setores industriais no INDI, para aqueles períodos.

NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS PELO INDI E IMPLEMENTADOS
ATRAVÉS DE SEU APOIO - 1971, 1972, 1970/72 e 1970/73
(Em %)

Sub-Setores Industriais	Projetos Aprovados		Projetos Implementados	
	1971	1972	1970/72	1970/73
1. Agro-Indústria	28,6	32,7	24,2	36,8
2. Metalurgia	11,2	7,7	16,8	-
3. Min. Não-Metálicos	18,4	25,0	15,8	-
4. Mecânico e Elétrico	12,2	13,5	14,7	29,9 ^a
5. Químico	8,2	15,3	11,7	24,8 ^b
6. Têxteis	21,4	5,8	6,3	8,5 ^c
7. Mineração	-	-	10,5	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Mensagens - Governo Rondon Pacheco, 1973 e 1974.

^a - Inclui metalurgia

^b - Inclui materiais de construção

^c - Inclui calçados.

Dados referentes a volumes de investimento, no entanto, revelam que os projetos agro-industriais - geralmente empresas de pequeno e médio porte - ocupavam posição insignificante no valor dos investimentos industriais nos primeiros anos da década de setenta. De acordo com a Mensagem do Governo Rondon Pacheco (1973), os projetos agro-industriais, implementados com o apoio do INDI no período 1970-1972, constituíam apenas 1,6% do valor total dos projetos.

A análise de 278 projetos de implantações e expansão de empresas industriais, que se beneficiaram dos incentivos fiscais criados pela Lei nº 5261/69 confirma a reduzida importância do valor do investimento agro-industrial durante o período de vigência da referida lei (1969/75). Com efeito, os investimentos em produtos Alimentares e Bebidas constituíram, no período apenas 4,0% do investimento total daqueles projetos.

O Triângulo Mineiro - dada a sua característica de região agro-pecuária - pouco se beneficia dos estímulos conferidos pela Lei 5261/69 no princípio da década de setenta. A região que recebeu o maior volume de investimentos foi a Zona Metalúrgica (66,23% do investimento total), seguindo-se-lhe em ordem decrescente, a Zona da mata (16,35%), o Sul de Minas (8,04%), o Nordeste de Minas (4,84%) e o Triângulo Mineiro (2,34%). Nas regiões onde o investimento agro-industrial teve algum destaque, como no Sul de Minas, Triângulo e Noroeste, o capital local adquiriu também maior importância. Ao contrário da escassa relevância dos recursos mineiros no total dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, a expansão agro-industrial no princípio dos anos setenta se deveu especialmente ao capital local.²¹

Para o final da década de setenta e princípio da oitenta, o volume de investimentos em projetos agro-industriais aumentou substancialmente. No período 1977/78, do valor do investimento industrial total realizado com o apoio do INDI, 39,4% eram agro-indústrias (Mensagem Governo Ozanam Coelho, 1979). Dados mais recentes mostram que, quanto ao valor dos projetos sendo instalados pelo INDI em 1981, o sub-setor agro-industrial era o de mais alto valor e o que viria a criar o maior número de empregos. Ver, a respeito, a tabela a seguir.

Os inúmeros exemplos de investimentos realizados através da associação de capital estatal e privado (nacional e estrangeiro) fornecem a explicação básica para a expansão absoluta e relativa da agro-indústria em Minas Gerais.

Entre os exemplos de investimentos realizados pelo grande capital, associado ou não, incluem-se: frigoríficos (como a Frimisa, cujo controle acionário passou do BDMG ao grupo Bordon em 1974); laticínios (Nestlé, em Ituiutaba, Anderson Clayton, em Minduri); empresas agrícolas integradas (Veragro, investimento de 335 milhões de dólares, 50% de capital nacional (Caemi-Cia Auxiliar das Empresas de Mineração) e 50% de capital estrangeiro, (Na-

VALOR DOS PROJETOS SENDO INSTALADOS E NÚMERO DE
NOVOS EMPREGOS, POR SUB-SETORES INDUSTRIAIS - INDI - 1981²²
(Valor Corrigido - Em Milhões de Cruzeiros de Junho de 1981)

Sub-Setores	Valor Corrigido dos Investimentos	Nº de Novos Empregos	Valor Corrigido dos Investimentos/Total dos Investimentos (Em %)	Número de Novos Empregos/Total de Novos Empregos (Em %)
SME	11.620,2	9.257	15,8	28,3
STV	10.588,1	4.528	14,4	13,9
SCM	23.087,0	3.503	31,5	10,7
SAI	28.009,8	15.360	38,3	47,1
TOTAL	73.305,1	32.648	100,0	100,0

FONTE: INDI: Posição de Projetos - 1981.

SME - Mecânica, Elétrico-Eletrônico, Mineração e Metalúrgico

STV - Têxteis, Vestuário, Couro, Sapatos

SCM - Químico, Não-Metálico e Material de Construção

SAI - Agro-Indústria

tional Bulk Carriers), em Morada Nova; Agrivale, cereais e pecuária, 60% de capital nacional e 40% de capital estrangeiro, em Jaíba e Manga; Fruitrop, processamento de frutas e hortaliças, em Pirapora; Prodecer, produção de soja, trigo, arroz, milho, café, pecuária, capital estatal e japoneses - JICA, Agência de Cooperação Técnica Internacional do Japão - com 50 milhões de dólares de investimento inicial, em Paracatu, Coramandel e Iraí (total de 60 mil hectares); avicultura (Granja Rezende, capital nacional, em Uberlândia; Pão de Açúcar, em Uberaba; Somai Nordeste, em Montes Claros); produção de cereais no cerrado (CPA), 16% do valor dos investimentos agro-industriais em operação com o apoio do INDI; sementes (Cargill, em Capinópolis); cigarros (Souza Cruz, em Uberlândia, 28,5% do valor dos investimentos agro-industriais em operação com o apoio do INDI, no valor total de 116 milhões de dólares); cana e álcool (Destilaria Boa Vista, em Boa Esperança; Empresas de Mineração e Agro-Industrial (álcool de mandioca), associação do grupo Melo Viana e do grupo Jonka (francês), em Pirapora; Trialcool, em Canápolis; Usina Delta, em Uberaba; grupo Ometto, Vale do Jaíba, investimento em usinas de açúcar com investimento de 25 milhões de dólares); cooperativas (Coagricon,

cana e álcool de cana, em Itabira; Cooperativa agrícola de Cotia, hortigranjeiros, em Minduri; Cooperativa de Leopoldina, leite, manteiga e yogurtes, em Leopoldina; Cooperhorti, pimenta, alho, cebolas, molho inglês e coloral, em Curvelo), etc.²³

O maior projeto agro-industrial do Estado na segunda metade da década passada foi, no entanto, a indústria de fertilizantes. Tendo em vista a elevação do preço dos fertilizantes importados e a insuficiência da produção nacional, três grandes projetos foram implementados através de iniciativa estatal (Estado de Minas, 15.03.1971:01, 14.03.1976:03; 15.08.1976:01). Um destes projetos - a VALEFERTIL, indústria de fosfatos no Triângulo Mineiro, teve um investimento total estimado em 294 milhões de dólares (O Triângulo, 30.03.1978:07). Quarenta por cento do investimento eram constituídos por capital industrial estatal (Vale do Rio Doce); os restantes 60% se distribuíam entre diferentes fundos financeiros: BNDE (50 milhões de dólares); FINAME/BDMG (20 milhões de dólares); bancos comerciais estrangeiros (24 milhões de dólares); Banco Mundial (82 milhões de dólares).

Outra indústria de fertilizantes implementada também pelo Estado no Triângulo foi a ARAFERTIL, com recursos do BDMG avaliados em 85 mil dólares. A FOSFERTIL - indústria de fosfato em Patos de Minas - foi criada através de associação de recursos estatais federais e estaduais (CAMIG, PETROBRÁS e FIBASE). (Mensagem do Governo Aureliano Chaves, 1978: 185/188).

A importância da produção de fertilizantes no Triângulo assim como dos grandes investimentos agro-industriais na pecuária de leite e corte, sementes, rações, fumo, óleos vegetais, avicultura, frutas, entre outros, faz com que esta região ocupe, no início da década de oitenta, o segundo lugar entre as regiões do Estado, quanto à distribuição dos projetos industriais decididos pelo INDI. Modifica-se, assim, a posição do Triângulo Mineiro, que, como vimos anteriormente, ocupara baixa prioridade entre os projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, no início da década de setenta. A tabela a seguir mostra a importância dos grandes investimentos no Triângulo: embora os investimentos industriais na região constituam apenas 10,6% do número total de investimentos assistidos pelo INDI (482), o valor dos referidos investimentos atinge 26,0% do valor histórico total e 19,7% do valor corrigido total. Interessante também notar que, em se tratando de

PROJETOS DECIDIDOS COM ASSISTÊNCIA DO INDI

DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO

Região	Nº Projeto Absoluto	%	Investimento Cr\$ Milhões Val. Hist.	%	Investimento Corrigido Cr\$ Milhões	%	Nº Novos Empregos	%
I - Metalúrgica e Campo das Vertentes	206	42,8	28.282,7	29,8	87.454,5	36,5	49.149	38,4
II - Mata	33	6,8	1.976,6	2,1	6.287,5	2,6	7.102	5,6
III - Sul	101	21,0	9.836,0	10,4	28.919,3	12,1	23.054	18,0
IV - Triângulo e Alto Paranaíba	51	10,6	24.682,2	26,0	47.236,1	19,7	10.767	8,4
V - Alto São Francisco	17	3,5	9.494,3	10,0	30.759,3	12,9	13.492	10,0
VI - Noroeste	59	12,2	18.943,3	20,0	35.898,9	15,0	22.084	17,3
VII - Jequitinhonha	1	0,2	12,0	-	64,8	-	42	-
VIII - Rio Doce	14	2,9	1.638,9	1,7	2.705,1	1,2	2.151	1,7
Total	482	100,0	94.866,0	100,0	239.325,5	100,0	127.841	100,0

FONTE: Tabela 2 - INDI - Posição de Projetos - Em 31.12.80.

investimentos agro-industriais que usam tecnologia moderna, a capacidade de geração de novos empregos mostra-se reduzida no Triângulo (apenas 8,4% do novo emprego total).²⁴

b.2 - A penetração capitalista agro-industrial no Triângulo: a importância do cerrado no projeto nacional de expansão interna da fronteira agrícola

Para observar o processo de diferenciação econômico-social resultante da penetração do grande capital agro-industrial no Triângulo Mineiro na década de setenta, escolheu-se, para campo de estudo, o município de Ituiutaba, área bastante representativa da estrutura produtiva da agricultura da região. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1970, Ituiutaba e o Triângulo apresentam características similares quanto, por exemplo, à distribuição concentrada dos estabelecimentos e das áreas rurais (52,8% e 54,3% da área rural total pertencem aos estabelecimentos com mais de 500 hectares); quanto à importância relativa do trabalho assalariado na PEA agrícola (42,5% e 39,2%, altos percentuais quando comparados com os dados totais do Estado - 24,3%); quanto aos níveis de mecanização agrícola (5,0 e 6,2 estabelecimentos rurais/trator, enquanto a mesma relação para Minas Gerais é de 44,6), etc.

Além disto, Ituiutaba tem sido, ao longo das três últimas décadas, o maior produtor de arroz da região, alimento que foi o principal responsável pela modernização agrícola das décadas de cinquenta e sessenta. Neste sentido, o estudo das transformações recentes na agricultura da região apontará para as razões da perda da importância relativa da produção deste cereal, com relação a outras culturas e à própria pecuária.²⁵

Duas foram as razões básicas para a substituição parcial do arroz por outras culturas e pela pecuária. A primeira delas foram os estímulos determinados pela expansão do mercado externo para alguns alimentos, como soja, carne e frutas, a partir dos últimos anos da década de sessenta. Aproveitando-se desta circunstância comercial favorável para minorar os problemas de déficit do Balanço de Pagamentos, o governo brasileiro criou estímulos para a produção destes alimentos, através de programas especiais, como, por exemplo, o programa Corredores de Exportação que financiava a expansão e melhoria da infra-estrutura de produção e comercialização agrícolas.

Na segunda metade da década de setenta, a ampliação e diferenciação do mercado interno de alimentos e a concomitante instalação no Triângulo, de empresas agro-industriais modernas, processadoras de alimentos, cigarros, sementes, rações, produtoras de fertilizantes e matrizes, etc, causou uma maior diversificação da agricultura da região. Ao mesmo tempo, porém, que se amplia o número de itens produzidos pela agro-pecuária local, observa-se uma tendência concomitante de especialização interna às propriedades. Isto se dá não só porque a produção agrícola local tem sido cada vez mais atrelada a mercados consumidores oligopsonicos (agro-indústrias e grandes supermercados), como também porque o uso mais intensivo de tecnologia exige investimentos crescentemente especializados por tipos de produtos.

Desta forma, a recente penetração capitalista na região não apenas destrói as relações 'tradicionais' de produção, como também introduz novos produtos, diferenciando cada tipo, por níveis de qualidade, produtividade, custo e preço. A adoção de tecnologia moderna não apenas reduz os requerimentos de trabalho, mas também modifica as rotinas da produção, especializando as funções dos empregados que permanecem. Esta mesma tecnologia - distribuída diferenciadamente entre os produtos locais - porque amplia o controle sobre a quantidade e a qualidade do produto - expande os níveis de produtividade da terra e do trabalho. Os produtos obtidos atingem mercados específicos, com diferentes requerimentos de qualidade e preço, e com diferentes controles sobre a comercialização.

A transformação tecnológica da produção agrícola e agro-industrial do Triângulo deve se também analisada no contexto das políticas estatais de estímulos à intensificação da fronteira agrícola já existente. Com efeito, especialmente a partir de 1974, a expansão desejável da atividade agro-pecuária nas novas regiões de fronteira (Amazônia) mostrou-se inviável. Os altos preços do petróleo, conjugados com as longas distâncias das terras de fronteira aos mercados do centro-Sul, tornaram extremamente elevados os custos da comercialização dos produtos agrícolas. Além disto, as características ecológicas específicas daquela região tornam difícil utilizar ali as técnicas agrícolas já conhecidas na maior parte do país, o que faz encarecer ainda mais os projetos agrícolas.²⁶

Além disto, tendo em vista a crise econômica e financeira que se inicia por volta de 1973 no país, torna-se cada vez mais escasso o crédito rural subsidiado²⁷ e o subsídio à produção de insumos agrícolas.²⁸ Estes fatos, aliados à conjuntura desfavorável dos preços externos de alimentos, tornam cada vez mais central a questão dos custos de produção e distribuição dos alimentos, assim como da melhoria dos níveis de produtividade dos cultivos.

Neste sentido, regiões localizadas próximas aos centros nacionais de maior consumo de alimentos, com uma infra-estrutura de comercialização agrícola já instalada, com razoável acumulação de capital local, com possibilidade de ampliação interna da fronteira (expansão da área cultivada dentro das propriedades), surgem como uma correção nos rumos anteriores de busca de novas regiões agrícolas.

Em 1975, a criação do POLOCENTRO marca o início da "ampla utilização racional dos cerrados", vegetação característica de cerca de 2,0 milhões de km² de terras do país, 70% dos quais situados no Centro-Oeste.²⁹ O cerrado surge não só como opção agrícola pela sua localização próxima aos mercados, como também por sua viabilidade tecnológica, tendo em vista "seu ecletismo agrícola, onde se combinam cultivo de inverno e micro-climas permitindo o plantio de espécies de clima tropical e temperado". Além disto, apesar de exigir investimentos iniciais elevados (especialmente em nutrientes), "a agricultura nos cerrados nasce moderna e após o segundo ano de plantio apresenta produtividade e economicidade que rivalizam com as de quaisquer outras regiões".³⁰

Em 1977, em virtude dos estímulos concedidos pelo POLOCENTRO e dos projetos de colonização agrícola iniciados através da RURALMINAS na década de setenta, grupos de pequenos proprietários do sul do país (gaúchos, paranaenses e paulistas) migraram para o Triângulo e o Noroeste de Minas, através da compra de terras na região, por suas influentes cooperativas (Cotia, Encantado, etc) (Estado de Minas, 24-03-79 - Suplemento Agropecuário). Iniciou-se assim o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas na região, tais como a produção de arroz irrigado, objeto de crédito especial de investimento do BDMG e do Banco do Brasil e de programas especiais para o desenvolvimento do sistema de plantio por irrigação, como o PROVARZEAS e, mais recentemente, o PROFIR.

No Triângulo, a incerteza quanto aos resultados da produção agrícola, que tem caracterizado o cultivo de sequeiro, é a

explicação básica para a complementariedade entre pecuária e agricultura. Assim, a não-especialização tem sido uma forma de resolver os problemas causados por más colheitas, aliados às variações agudas a curto prazo nos preços dos alimentos básicos (arroz, feijão, etc).

O resultado desta complementariedade tem sido uma atividade agro-pecuária 'mista', onde o cultivo desempenha o papel principal quando os preços dos cereais tendem a crescer. Ao contrário, se os preços para a pecuária se mostram mais favoráveis, o cultivo de cereais tende para a produção de subsistência.

Minha pesquisa de campo na região de Ituiutaba revelou uma elevada correlação entre investimentos que reduzem a incerteza da colheita - tais como a irrigação e o uso de sementes resistentes a variações climáticas - e a especialização agrícola.³¹

Entre as propriedades especializadas - com mais de 50% de suas terras dedicadas ao cultivo de cereais, frutas, café ou algodão - os indicadores da penetração de relações capitalistas de trabalho - salários pagos/ha e salários pagos ao trabalho temporário/salários pagos ao trabalho permanente - mostram-se mais elevados do que nas propriedades não-especializadas.³² O recurso ao uso alternativo do cultivo e da pecuária nestas terras tem conduzido tais propriedades a um baixo investimento em equipamentos e capital circulante (sementes, adubos, defensivos, remédios, etc) e ao uso mais frequente do trabalho familiar.

Adotando organizações de produção diferentes, as propriedades especializadas e não-especializadas também se distinguem quanto às relações que estabelecem com o capital comercial (maquinistas locais, silos e armazéns do governo, super-mercados, etc), com o capital industrial (produtores de insumos, processadores de sementes, frigoríficos, laticínios, etc), com o capital financeiro (uso de créditos específicos - de investimento, de custeio, recurso a financiamentos oferecidos por intermédio das cooperativas e de agro-indústrias, uso de programas de comercialização oferecidos pelo Governo, como o do Preço Mínimo, etc).

Desta forma, o desenvolvimento capitalista do Triângulo na década de setenta não pode ser descrito apenas através da expansão do trabalho assalariado na região. O desenvolvimento ali recente da agro-indústria, como foi anteriormente demonstrado, associado à intervenção crescente do Estado (em especial, através

de programas especiais de expansão da fronteira intensiva), transformou não só as relações locais de trabalho, mas expandiu as ligações entre frações do próprio capital. Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo agrícola ali se explica pela diferenciação econômica e social na força de trabalho e entre os proprietários de terra.

b.3 - A penetração agro-industrial no Triângulo: a diferenciação econômica do capital agrário local

As propriedades especializadas em atividades agrícolas se distinguem em dois tipos básicos, quanto à tecnologia adotada: as que adotam o cultivo por irrigação e as que se utilizam de técnicas tradicionais da região - o cultivo de sequeiro.

Em Ituiutaba, como de resto no Triângulo e em Minas Gerais, a produção agrícola por irrigação é um projeto recente.³³ Adotar a irrigação significa não só possuir uma elevada capacidade de endividamento, como também partilhar do otimismo governamental de que o Brasil será brevemente o celeiro do mundo, tendo em vista o elevado valor do investimento em equipamento. O arroz irrigado demanda um investimento inicial considerável no preparo da terra para a introdução de canais, trabalho de gradeação, instalação dos condutores de água, etc, além de estudos topográficos preliminares para orientar a gradeação.³⁴

No que diz respeito ao custo operacional, o cultivo do arroz irrigado também requer menor número de operações que demandam mão de obra. Após o lançamento das sementes, dez a quinze dias depois de estas brotarem, inicia-se o processo de irrigação, que dura cerca de um mês. A camada de água que cobre a planta durante este período substitui a capina, a operação mais manual na etapa do plantio, impedindo que plantas não-aquáticas sobrevivam. Por outro lado, a irrigação cria certas rotinas durante a fase de tratamento das sementes, que requerem várias operações manuais (limpeza dos diques, etc), renovando a importância do trabalho permanente, desta feita com maior especialização funcional.³⁵ Maiores cuidados são então requeridos, tais como o controle periódico da

irrigação e drenagem, dado que uma submersão permanente da planta pode conduzir à atração de insetos. Após a colheita, maiores atenções também devem ser dadas ao arroz irrigado. Uma operação de secagem é necessária para impedir que a água contida no arroz colhido provoque fermentação nos grãos. Esta operação deve ser cuidadosamente executada porque, quando realizada de maneira incorreta, pode reduzir drasticamente a qualidade do arroz processado e pode resultar em perdas consideráveis, tanto em termos de quantidade, como de qualidade.

Tendo em vista estas observações, duas diferenças entre os dois processos de cultivo aparecem como fundamentais. A primeira diz respeito aos índices de investimento/área cultivada, que são, no caso das propriedades que utilizam a irrigação, maiores do que nas que produzem arroz de sequeiro (média de Cr\$ 12.856,00/ha nas primeiras e Cr\$ 9.083,00/ha nas segundas), a preços de 1980).³⁶ A segunda se refere aos diferentes requerimentos de trabalho e capital durante as diversas fases do cultivo do arroz. A tabela a seguir mostra, como anteriormente analisado para o arroz de sequeiro (pg. 14), as estimativas de custo operacional por hectare, em uma propriedade produtora de arroz irrigado na região.

ARROZ IRRIGADO - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL -
TRABALHO (T/D) E MAQUINÁRIO (H/M) - POR HECTARE
- TRIÂNGULO MINEIRO - 1980

	Unidade	Quantidade
Custos Operacionais de Trabalho e Maquinário		
1 - Preparação do Solo e Plantio		
Aração e Gradeação	H/M & T/D	8 & 0,8
Construção de Diques	H/M & T/D	6 & 0,6
Plantio	H/M & T/D	17 & 1,7
Aplicação de Fertilizante e Herbicidas	H/M & T/D	3 & 2
Serviços Diversos (irrigação, limpeza dos diques, etc)	T/D	4
2 - Colheita	H/M & T/D	8 & 9
3 - Debulhamento	H/M & T/D	6 & 13
4 - Secagem e Ensacamento	H/M & T/D	2 & 7
5 - Transporte Interno	T/D	2

(*) T/D = Trabalhadores/Dia

H/M = Horas/Máquinas

A tabela a seguir, que resume os requerimentos de maquinário e de trabalho, nos sistemas de sequeiro e de irrigação, indica a intensificação do uso de equipamento no segundo caso, especialmente durante a fase de plantio e tratamento.³⁷

ARROZ DE SEQUEIRO E ARROZ IRRIGADO: REQUERIMENTOS DE
MAQUINÁRIO E DE TRABALHO, POR OPERAÇÃO
- TRIÂNGULO MINEIRO - 1980

Operações	Arroz de Sequeiro		Arroz Irrigado	
	H/M	T/D	H/M	T/D
1 - Preparação do Solo	13,0	8,3	14,0	1,4
2 - Plantio e Tratamento	9,0	2,9	20,0	7,7
3 - Colheita/Transporte	13,0	34,0	16,0	31,0
Total	35,0	45,2	50,0	40,1

Mas, se as propriedades especializadas se diferenciam quanto à tecnologia adotada, o mercado atendido por suas produções de arroz é, em Minas Gerais, o mesmo. É provável, no entanto, que à medida em que se amplie a experiência da irrigação na região, haja uma separação mais nítida entre os consumidores, pois o arroz irrigado tende a ser um produto de qualidade mais homogênea que o arroz de sequeiro.

É esta característica quanto à homogeneidade da produção, que liga os produtores especializados (cerealistas, em oposição aos pecuaristas) a mercados específicos, em especial às agências estatais e multinacionais produtoras de sementes, e à cooperativa agrícola local.

Produzir para tal mercado significa incorporar-se à fração mais exigente dos processadores do produto, em substituição aos 'maquinistas' que fornecem arroz para consumo direto. As três frações mais modernas do mercado consumidor de arroz, acima referidos (onde se destacam a CAMIG e empresas agro-industriais, como a Germinal e a Cargill, entre outras), prestam completa assistência técnica a seus fornecedores, o que lhes permite impor certas condições com respeito à compra do produto, controlando a quali

dade e requerendo testes especiais de pureza. Uma das agro-indústrias, a Germinal, supervisiona o plantio e colheita, verificando in loco se o processo foi conduzido a contento.³⁸

Apesar da tendência à especialização, observada entre as propriedades agrícolas do Triângulo, a produção de arroz em combinação com a pecuária é ainda a organização predominante.³⁹ Isto se deve a duas razões principais. A primeira é a própria subsistência das formas tradicionais de produção, ligada a vários fatores, tais como o acesso diferenciado de crédito entre os produtores, a preferência por investimentos em compra de terras, relativamente a investimento na modernização agrícola, etc. A segunda razão se liga à tendência mais recente de expansão da pecuária de corte, em prejuízo do cultivo de arroz.

Este segundo fenômeno pode ser observado através, por exemplo, do declínio da área cultivada de arroz, em favor da expansão da área de pastagens, durante a década de setenta. Em grande parte das propriedades rurais, o arroz voltou a desempenhar papel subsidiário à criação do gado, sendo cultivado para a formação de pastagens e para a subsistência do proprietário, familiares e 'peões'. Como o mercado tem ali menor importância relativa para o arroz, as técnicas de cultivo utilizadas são pouco modernas e a parceria tem nestes sistemas de organização produtiva sua 'pièce de resistance'. Para a permanência da parceria, são fatores explicativos a grande extensão da área deste grupo de propriedades (mais frequência de latifúndios) e a opção pelos investimentos na expansão e melhoramento do rebanho. Entre as propriedades que combinam pecuária e cultivo de arroz, cobertas pela minha pesquisa de campo (8864 hectares), a área de cultivo era extremamente reduzida, variando de 1% a 5% da área total da propriedade.

Para uma idéia da perda da importância relativa da produção de arroz no Triângulo, os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 indicam uma redução de cerca de 8% na área cultivada, o que em parte explica a redução da participação do Triângulo no total da produção do Estado, de 38,6% para 30,0% no mesmo período. Ao contrário da área cultivada do arroz, a área de pastagens cultivadas expandiu consideravelmente (40,7%), o que resultou na ampliação da participação da área local de pastagens sobre o total das pastagens do Estado - de 21,4% para 27,1%.

A existência de uma série de programas de estímulo à criação de gado e à modernização desta atividade age como atração

para a substituição do cultivo pela pecuária.⁴⁰ Além disto, a própria forma de organização dos interesses econômicos dos pecuaristas - baseada em proteção e lealdade - leva a que muitos proprietários se sintam mais seguros como criadores de gado de corte, do que como membros da cooperativa agrícola local. A sólida estrutura organizacional, que liga de forma vertical os diversos segmentos da atividade - criadores, invernistas, donos de frigoríficos e açougues, sendo, portanto, por força de seu conjunto, capaz de maior poder de barganha política junto ao aparelho do Estado, aparece como fator adicional para a percepção junto aos proprietários locais, de que a pecuária é uma atividade que lhes permite maiores vantagens quanto a preços, infraestrutura de comercialização, garantia de mercado, etc.⁴¹

Ao contrário dos criadores, os produtores de arroz na região, como um todo, não têm acesso a uma estrutura similar, que ligasse verticalmente produtores, processadores, atacadistas e varejistas. Isto poderia ser possível se os processadores do grão (maquinistas) tivessem continuado a desempenhar na região, o importante papel de intermediários na comercialização, que representaram, durante o auge da produção cerealista no Triângulo. Naquele período, a produção de arroz de sequeiro não se diferenciava fundamentalmente quanto às técnicas de cultivo e colheita e a tendência à especialização que hoje se observa não era sequer presente, pois, como já foi aqui observado, a organização mais adequada à agricultura com alto risco de retorno é a que se apoia na complementariedade entre pecuária e agricultura. Esta agricultura não especializada produzia, evidentemente, um arroz com baixo nível de diferenciação (três a quatro tipos), em sua maior parte processado pelos maquinistas locais, principais intermediários da comercialização que, juntamente com comerciantes atacadistas dos grandes centros urbanos, faziam chegar o produto aos armazéns, onde eram vendidos a granel para os consumidores finais.

A política de modernização agrícola a que me referi anteriormente, promovendo a diferenciação de técnica produtiva, promove, também a diferenciação do produto e dos seus mercados específicos. Como consequência, os maquinistas vêm perdendo seus fornecedores usuais, em especial aqueles que se modernizam mais rapidamente, para as cooperativas, as multinacionais e para o próprio Estado. Desta forma, em lugar de uma possível estrutura organizacional que se verticalizasse através de um poderoso grupo eco

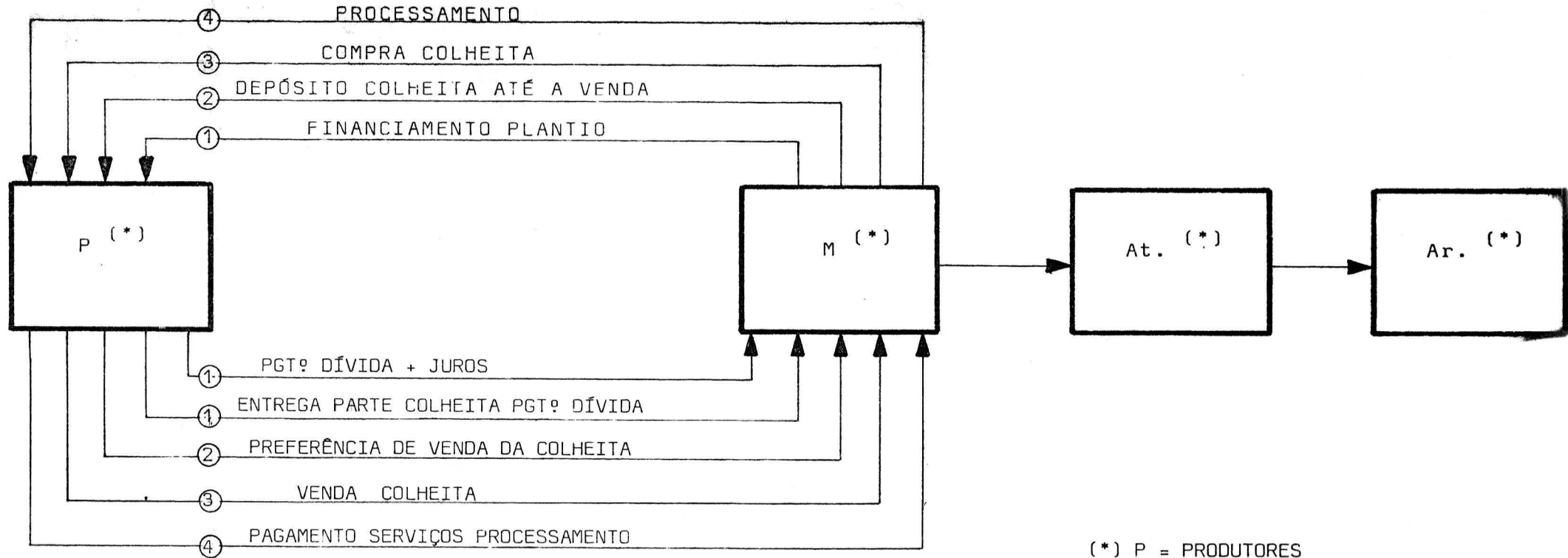
nômico e financeiro - os maquinistas - os produtores de arroz do Triângulo mostram graus diferenciais de organização dos interesses.

O fluxograma a seguir esquematiza as relações econômicas estabelecidas entre produtores de arroz, maquinistas, atacadistas e armazéns. Predominantes na década de cinquenta e sessenta, tais relações hoje são representativas apenas dos fluxos estabelecidos entre a produção das propriedades não-especializadas e os maquinistas.

A decadência econômico-financeira dos maquinistas não se explica apenas pela perda de importância relativa da produção local de arroz. A razão básica para tal fato - verificável, por exemplo, pela redução do número de empresas processadoras que, de cerca de uma centena em funcionamento no princípio da década de sessenta, passaram a apenas 33 em 1980 - liga-se muito mais à perda das funções antes exercidas pelos maquinistas.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em fins da década de sessenta e de programas agrícolas posteriores - tais como o AGF (Aquisição do Governo Federal), o EGF (Empréstimo do Governo Federal), o Preço Mínimo, o Crédito de Custeio, etc - expandiram o crédito agrícola governamental aos vários níveis desta atividade. Desta forma, o Estado reduziu consideravelmente o papel dos maquinistas como capitalistas financeiros locais. O financiamento provido pelos maquinistas para o cultivo dos cereais tinha a futura colheita como garantia do pagamento da dívida. No vencimento da dívida, por falta de liquidez, frequentemente o produtor entregava parte da colheita como pagamento, ao preço conveniado pelo maquinista. Além do financiamento da produção, os maquinistas financiavam também a comercialização do arroz. Dispondo de grandes armazéns para a estocagem do arroz processado, faziam empréstimos ao produtor, enquanto este não conseguia vender sua produção. Em caso de venda, o produtor pagava o empréstimo, caso contrário, pressionado pela falta de dinheiro, concordava em vender a produção ao maquinista, a um preço mais reduzido.

Este sistema financeiro informal foi institucionalizado pelo Estado que, de certa forma, o adota como modelo. O Empréstimo de Custeio, por exemplo, está baseado numa promessa da compra da colheita do tomador de empréstimo, caso ele não a tenha vendido no prazo em que a dívida expira. Assim como os preços ofere

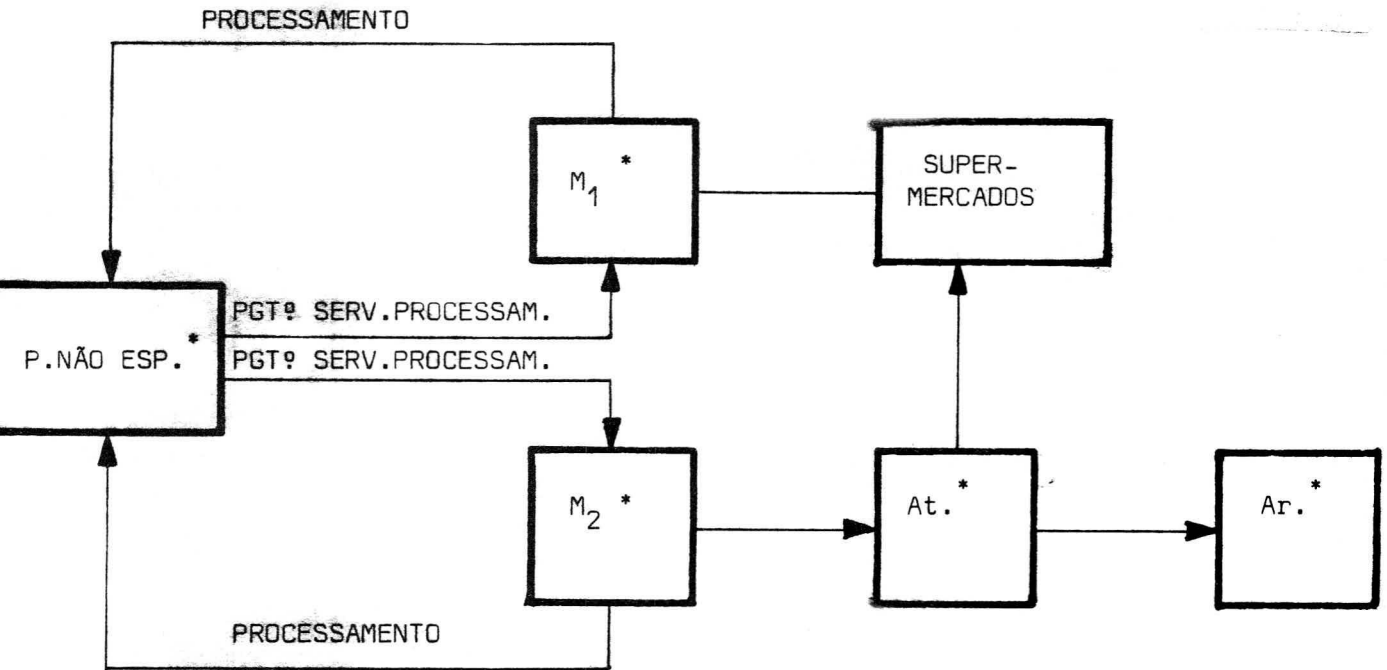
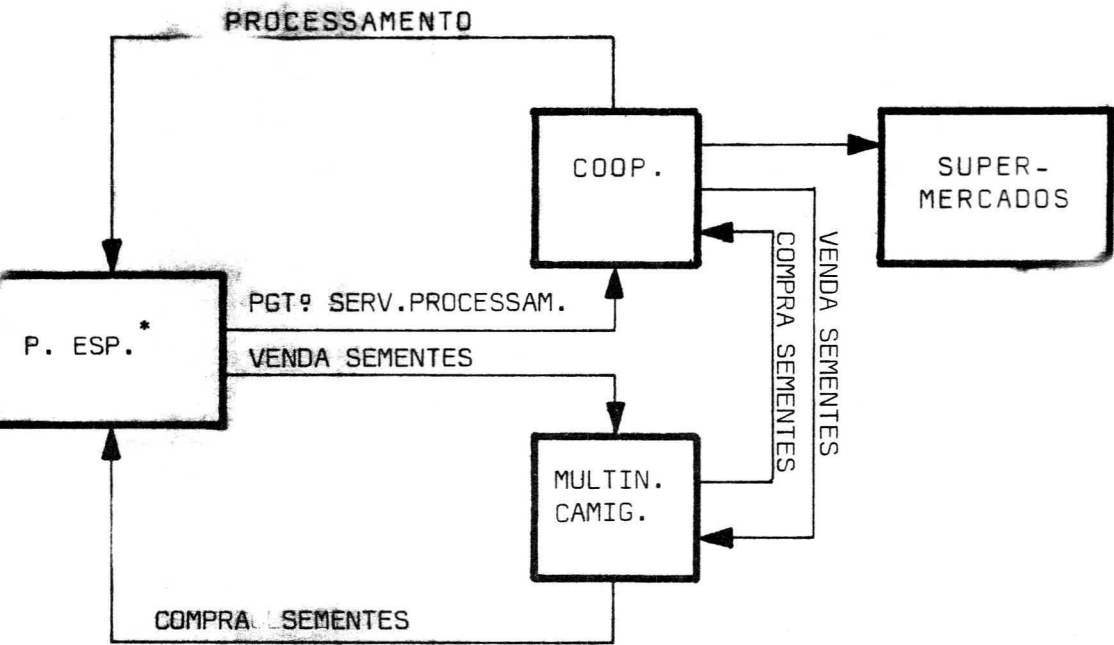


(*) P = PRODUTORES
 (*) M = MAQUINISTAS
 (*) At = ATACADISTAS
 (*) Ar = ARMAZÉNS

cidos pelo maquinista, os Preços Mínimos pagos pelo Banco do Brasil ao produtor são usualmente inferiores aos preços do mercado. Em termos de financiamento da comercialização, a prática iniciada pelos processadores foi institucionalizada com a criação do EGF. O Banco do Brasil empresta ao produtor que deposita sua produção nos armazéns e silos estatais (CASEMG, em Minas Gerais), uma soma igual ao da colheita, computado aos níveis vigentes do Preço Mínimo. Da mesma forma como no caso dos maquinistas, as agências financeiras estatais recebem o pagamento da dívida em espécie ou em dinheiro.

Substituído pelo Estado em suas funções como capitalista financeiro; pelas multinacionais e cooperativas em grande parte das suas funções como capitalista industrial; pela estrutura oligopolizada dos super-mercados, que reduz a antiga importância dos atacadistas e dos próprios maquinistas na comercialização do produto, o maquinista é hoje, basicamente, um processador de arroz para consumo direto, industrializando a produção agrícola que se complementa pela pecuária. Trabalha principalmente para os não-cooperativados, incluindo não só os pecuaristas, como também os parceiros e pequenos proprietários. Da rapidez das transformações trazidas pelo processo econômico de diferenciação entre produtores de arroz (em função das mudanças tecnológicas, do avanço do papel do Estado, das transformações nas relações de trabalho, da expansão do mercado de alimentos), depende a sobrevivência dos maquinistas como atividade agro-industrial na produção de arroz. Do que foi anteriormente observado, é possível concluir que a importância da especialização desta produção determinará as condições de eliminação ou transformação dos maquinistas.⁴² O fluxograma a seguir mostra as relações econômicas estabelecidas entre a produção de arroz e seus mercados consumidores, evidenciando dois grupos de fluxos, resultantes do processo recente de especialização e modernização da produção.

Cabe, finalmente, referir-se à forma que assume a produção de arroz na pequena propriedade familiar e às suas condições de reprodução, no Triângulo Mineiro. A produção que utiliza trabalho familiar tem, da mesma forma que o latifúndio não-especializado, substituído o cultivo de arroz pela pecuária. Tratando-se, no entanto, de pequenos proprietários com níveis relativamente baixos de investimento médio/ha (Cr\$ 2.195,34, a preços de



- * P.ESP. = PRODUTORES ESPECIALIZADOS
- * P.NÃO ESP. = PRODUTORES NÃO ESPECIALIZADOS
- * COOP. = COOPERATIVA
- * M₁ = MAQUINISTAS EMPACOTADORES
- * M₂ = MAQUINISTAS NÃO EMPACOTADORES
- * At. = ATACADISTAS
- * Ar. = ARMAZENS

setembro/80), sua opção se dirige para a pecuária de leite, capaz de prover um rendimento seguro, sem substancial capitalização.⁴³

Dos 600 hectares cobertos pelas pequenas propriedades pesquisadas (até 100 ha), 87,2% eram pastagens, 5,1% eram área de cultivo de arroz e 7,7% eram ocupadas pelo plantio de milho. A venda do leite representa nestas propriedades a principal fonte de renda, ao contrário do que ocorre nas propriedades especializadas na produção de arroz e nos latifúndios pecuários. Enquanto a venda de leite nas pequenas propriedades familiares constitui 52,6% do valor monetário da produção agropecuária anual, nas propriedades especializadas em arroz, ela representa 16,4% (irrigado) e 0,6% (sequeiro), e nos latifúndios não-especializados, 14,6%.

A produção de arroz é em grande parte destinada à subsistência familiar. Apenas 23,7% da produção total da pequena propriedade é comercializada, diferenciando-se também, neste aspecto, dos outros grupos produtores de arroz. Nestes três últimos casos, a proporção do arroz vendido/arroz produzido é bem mais elevada: 92,5%, 87,3% e 72,1%, respectivamente.

Mas é o trabalho familiar o elemento básico que diferencia este grupo dos demais. Embora frequentemente aliado a outras formas de trabalho - permanente e temporário - a família é, neste caso, a unidade produtiva básica. Não só os membros da família que trabalham na fazenda são, em média, numericamente superiores aos trabalhadores assalariados (2,7 membros familiares, por propriedade, contra 1,0 trabalhador permanente e 0,7 temporário), como também são eles que se dedicam à atividade produtora do leite na fazenda, relegando aos empregados as tarefas 'menos nobres' do cultivo do arroz e do milho.

Isto se explica, em grande parte, pelo fato de que a produção de leite é a atividade que mais se modernizou na pequena propriedade produtora de arroz na região. A vinda da Nestlé para Ituiutaba significou uma grande transformação na organização da produção dos anteriormente pequenos proprietários produtores de alimentos básicos. Representando um mercado consumidor relativamente seguro para o leite, a Nestlé introduziu na região, através do ANPL (Assistência Nestlé aos Produtores de Leite), uma série de serviços de assistência técnica aos produtores/fornecedores. Esta assistência cobre, entre outros itens, ensino e acompanhamento da produção interna de alimentos para o gado, formação de pas

tagens, construção de silagem, profilaxia do rebanho, higiene da produção, além de manter fazendas experimentais para a reprodução de rebanho de linhagem, vendido aos fornecedores ao preço de custo e em prestações retiradas do pagamento do leite.⁴⁴

Produzir leite representa, assim, para os pequenos proprietários, o passaporte para o ingresso ao mercado moderno da produção de alimentos. Como se trata de um produtor não-cooperativado, ele se sente protegido pela companhia e se identifica com os proprietários mais ricos da região que, eventualmente, são também fornecedores da Nestlé. Como afirmou um pequeno proprietário entrevistado, "aos olhos da Nestlé nós somos todos pecuaristas".⁴⁵

Na verdade, a modernização da fazenda através da produção de leite implica na subordinação ao capital agro-industrial, representada pelo controle sobre o modo de produzir e o volume do excedente, o que traz grandes inconvenientes ao produtor. Para começar, especializar-se na produção de leite significa dedicar-se à produção de um item alimentar, cujo preço sofre um rígido controle governamental. Este é seguramente o motivo fundamental para a não-verticalização da produção agro-industrial da Nestlé, que prefere especializar-se na transformação deste leite em seus derivados, fase em que o valor agregado da produção é relativamente maior. Além disto, o transporte do leite, provido pela Nestlé e pago pelos fornecedores é, frequentemente, motivo de insatisfação destes últimos. Queixam-se não só do preço, como também dos constantes prejuízos que este transporte ocasiona aos fornecedores, pelo fato de que percorre diariamente uma longa "linha de leite" (rede de recolhimento do leite). Ocorre que, principalmente durante a safra, a Nestlé costuma devolver o leite ao fornecedor, alegando que houve deterioração do produto. Para os produtores de leite, ou a distância percorrida pelo transporte (que consideram caro), faz deteriorar o produto, ou a empresa age de má-fé, recusando o leite no período em que reduz o ritmo de sua produção. Qualquer que seja o motivo, é o fornecedor quem sai perdendo.

Os produtores de leite sabem que a Nestlé se beneficia também do sistema de pagamento do leite, que ela instituiu na região. Trata-se das chamadas 'promissórias rurais', prática utilizada não só pela Nestlé, mas também por outras grandes agro-indústrias que penetraram a região, a qual tende a beneficiar o comprador do produto agrícola. É que as agro-indústrias pagam os forne

cedores através de notas promissórias (em geral, de 90 dias), descontadas nos bancos locais a juros de 29% ao ano, quando a inflação já atingia os 100% anuais.

Se, por um lado, a atividade leiteira torna os pequenos proprietários "semelhantes aos grandes, aos olhos da Nestlé", a produção de arroz os assemelha aos parceiros. Como estes, tendem a ser substituídos pela produção agrícola tecnificada. Desta forma, a rapidez da substituição da pequena produção de arroz dependerá, em linhas gerais, da difusão da irrigação que substitui o sequeiro, garantindo maior produtividade, melhor qualidade do produto e controle maior sobre os custos de produção, tendo em vista a redução da incerteza do empreendimento. Dependerá também da expansão da influência das multinacionais como a Nestlé, que se 'aliam' aos pequenos produtores, reduzindo progressivamente a importância da atividade agrícola não-tecnificada produtora de arroz.⁴⁶

Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980 (Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - Minas Gerais - 1980 - FIBGE) demonstram a manutenção da tendência anteriormente verificada (1950/70), de ampliação da importância relativa da pequena produção no Triângulo (estabelecimentos até 100 hectares). Como se pode ver pela tabela a seguir, de 1950 a 1980, estes estabelecimentos cresceram em importância, relativamente aos grandes, tanto com respeito a seu número, quanto à área que ocupam.

Mas, se a tabela demonstra a expansão nos últimos 30 anos do grupo de 'Até 100 ha' como um todo, ela demonstra também que os sub-grupos - 'Menos de 10 ha' e '10 a 100 ha' - tiveram dinâmicas diferentes ao longo do período, quanto ao número de estabelecimentos. O número de estabelecimentos de 'Menos de 10 ha' decresceu sua participação de 1960 a 1970, esta tendência influenciada não só pela redução da participação do número de proprietários na PEA agrícola (de 84,8%, para 76,8% do número total de estabelecimentos - Dados dos Censos de 1960 e 1970), como também pela redução relativa dos estabelecimentos entregues a parceiros (de 8,1% do número de estabelecimentos em 1960, os parceiros passam a ser responsáveis por apenas 5,0% dos estabelecimentos totais em 1970, redução mais profunda do que a observada no período 1970/80, quando passam a representar 4,2% do total de estabelecimentos).⁴⁷ De 1970 a 1980, ao contrário, os estabelecimentos de '10 a

NÚMERO E ÁREA OCUPADOS POR ESTABELECIMENTOS,
DE ACORDO COM GRUPOS DE ÁREA - (EM %) -
TRIÂNGULO MINEIRO - 1950/1980

Grupos de Área (ha)	1950		1960		1970		1980	
	Ests (%)	Área (%)	Ests (%)	Área (%)	Ests (%)	Área (%)	Ests (%)	Área (%)
Menos de 10	8,3	0,1	10,7	0,2	8,1	0,2	13,5	0,4
10 a 100	37,2	4,6	41,4	6,7	45,4	9,1	43,4	10,0
Até 100	45,5	4,7	52,1	6,9	53,5	9,3	56,9	10,4
Maiores de 100	54,5	95,3	47,9	93,1	46,5	90,7	43,1	89,6

FONTE: Censos Agropecuários - 1950, 1960, 1970, Minas Gerais - FIBGE.

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980 - Minas Gerais - FIGBE.

100 ha' são os que perdem importância relativa quanto ao número total de estabelecimentos (passam de 45,4% para 43,4%). A expansão da participação relativa dos estabelecimentos de 'Até 100 ha' aparece, pois, ligada à expansão dos estabelecimentos de 'Menos de 10 ha', mais especificamente, à expansão da mini-propriedade. De fato, dificilmente poder-se-ia atribuir a expansão dos mini-estabelecimentos às chamadas 'formas tradicionais' de posse da terra. Isto porque o declínio da participação relativa do número de estabelecimentos entregues aos parceiros é reforçado neste período, pelo também declínio da importância relativa dos estabelecimentos ocupados (de 6,4% para 5,5% do total de estabelecimentos).⁴⁸

Desta forma, os dados agropecuários mais recentes parecem indicar a tendência a uma maior importância relativa da pequena propriedade no Triângulo Mineiro. Ao longo deste trabalho, sugeriu-se que esta tendência resultou, em parte, da penetração de empreendimentos agro-industriais, que frequentemente optam pelo controle da comercialização de produtos locais, mais que pela produção verticalizada destes produtos. Conclusões mais nítidas quanto à reprodução da pequena produção e quanto ao processo mais geral de diferenciação da PEA agrícola poderão, no entanto, ser obtidas quando se produzirem mais estudos regionais, que analisem os diferentes padrões de controle exercidos localmente pelo grande capital agro-industrial. Outro veio fundamental de pesquisa a respeito das consequências econômicas regionais da expansão agro-industrial será a análise de seus efeitos sobre a expansão (ou contração) do emprego agrícola e industrial. Dados secundários dos Censos Agropecuários, Demográficos e Industriais, usados de maneira complementar, poderão elucidar algumas perguntas quanto aos graus e níveis das relações econômicas estabelecidas entre a agricultura e indústria (como, por exemplo, dados indicativos da mercantilização da produção agrícola, por região ou micro-região, observando-se mais de perto os resultados da expansão agro-industrial sobre o volume da produção agrícola).⁴⁹ Através desta proveitosa combinação entre 'estudos de caso' e dados agregados, será possível obter-se um mapeamento das inter-relações entre indústria e agricultura através da expansão agro-industrial, dando-se um passo além na discussão sobre o padrão de dominação exercido por algumas frações de capital sobre outras. A obtenção de estudos mais sistemáticos sobre a forma e o grau de dominação deste sistema proverá, então, as descobertas empíricas com algo mais do que uma simples 'promessa teórica'.

NOTAS

- 1 - LOPES, J.R.B. O Emprego Rural no Brasil. Seminário Metodológico Sobre Força de Trabalho. ABEP, Ouro Preto, Minas Gerais. 1981.
- 2 - Ver a este respeito, por exemplo: PATNAIK, V. Capitalist Development in Agriculture & BANAJI, J. Capitalist Domination and the Small Peasantry. In: Studies in the Development of Capitalism in India. Vanguard Books. Paquistão; 1978, p. 87-139 e 351-429; HEATH, J.R. Peasants or Proletarians? Rural Labour in a Brazilian Plantation Economy. In: The Journal of Development Studies, julho, 1981; MANN, S.A. & DICKINSON, J.M. Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture. In: Journal of Peasant Studies, 5(4): 466-481; REDCLIFT, M. Agrarian Populism in Mexico - the "Via Campesina". In: Journal of Peasant Studies, 7(4): 493-502; ZAMOSC, L. La Question Campesina en el Desarrollo Capitalista. In: Universitas Económica, 2(1): 93-100; FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. In: The Journal of Peasant Studies, 6(1): 71-100.
- 3 - Consultar, entre outros, quanto às definições clássicas de camponês: THORNER, D. Peasant Economy as a Category in Economic History. In: SHANIN, T. (Ed.) Peasants and Peasant Societies. Penguin. Middlesex. 1979, p. 202-218; CHAYANOV, A.V. The Theory of Peasant Economy. Irwin, 1966; WOLF, E.R. Peasants, Prentice-Hall, 1966; GALESKI, B. Social Organization and Rural Social Change. In: Sociologia Ruralis, vol. 8, 1968, nº. 3-4, p. 258-81; SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações - O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. In: Estudos CEBRAP 26, 1980, p. 41-80.
- 4 - GOODMAN, D.E. & REDCLIFT, M. From Peasant to Proletarian. Oxford. Basil Blackwell. 1981, p. 215.
- 5 - SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Zahar, 1980. Ver, também, quanto ao papel do capital estrangeiro na expansão da agro-indústria no Brasil, SAMPAIO, P. Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil. Vozes. 1980.
- 6 - A diversidade das formas de integração da pequena produção ao capital agro-industrial no Brasil é explicada através de trabalhos, como: MÜLLER, G. Estado, Estrutura Agrária e População. Vozes. 1980; FREDERICQ, A. Produção de Leite e Integração dos Produtores na Cadeia Agro-Industrial. O Caso dos Produtores Ligados à Nestlé. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. 1979; PEIXOTO, E.R., CHALOULT, N.B. & FIGUEIREDO, V. A Soja na Pequena Agricultura: Um Estudo de Caso no Rio Grande do Sul. Brasília (mimeo); LOPES, J. R.B. Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970). In: Estudos CEBRAP, 22, 1978.
- 7 - A importância do papel do Estado - tanto no financiamento de grandes projetos privados, quanto na provisão de infraestrutura regional - se verifica não só no Brasil, mas também em países capitalistas avançados. Ver a este respeito, por exemplo, CASTELLS, M. & GODARD, F. Monopolville: l'Enterprise, l'Etat, l'Urbain. Mouton. 1974; MASSEY, D. Regionalism: Some Current Issues. In: Capital and Class, vol. 6, Outono de 1978, 106-125.

- 8 - Ver a caracterização de regiões, no contexto das transformações da estrutura de classes e no surgimento dos padrões de acumulação, formulada por Bernardo Sorj, op. cit., p. 96.
- 9 - A este respeito, consultar caracterização de MENDONÇA DE BARROS, J.R., PASTORE, A.C. e RIZZIERI, J.A.B. A Evolução Recente da Agricultura Brasileira. In: MENDONÇA DE BARROS, J.R. & GRAHAM, D.H. Estudos Sobre a Modernização da Agricultura Brasileira. São Paulo. IPE. 1977. (Monografia 9).
- 10 - Com respeito à evolução da agricultura no Sul de Minas neste período, consultar dados levantados por Maurício Lemos (café e leite), para o Relatório publicado pelo convênio INCRA-UNICAMP: Produção Agrícola do Brasil. Coordenado por Roberto Mario Perosa. 1975.
- 11 - Dados sobre a história da ocupação da região são encontrados em: TEIXEIRA, E. Evolução Histórica de Ituiutaba. In: Revista Acaiaca. Belo Horizonte, 1954; CHAVES, P.R. Evolução Agrária do Município de Ituiutaba. In: Revista Acaiaca. Belo Horizonte. 1954; NICHOLLS, W.H. & PAIVA, R.M. Ninety-Nine Fazendas: the Structure and Productivity of Brazilian Agriculture, 1963 - The Triangle of Minas Gerais. Vanderbilt University. 1968; MARIZ, C.B. O Triângulo, Estado Autônomo. In: Revista do Brasil. São Paulo. 1925; CASAL, M.A. de. Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil - Rio de Janeiro. Jueffier e Cia., 1817; NELSON DE SENA. Anuario Histórico e Corográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1909.
- 12 - Pesquisa realizada por Nicholls e Paiva, publicada pela Vanderbilt University, mencionada na nota 11.
- 12a - Ver, a respeito das transformações econômicas ocorridas na agricultura do Triângulo mineiro durante o período 1963/73, PAIVA, R.M. e NICHOLLS, W.H. Mudanças na Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira, 1963-1973: Noventa e Nove Fazendas Revisitadas. Tomo I, Vol. 45. Rio de Janeiro, IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisas.
- 13 - Para maiores informações sobre migrações e aquisições de terra, levantados através de Histórias de Vida de proprietários de terra, parceiros, empregados permanentes, temporários e estrangeiros na região, consultar NABUCO PALHANO, M.R. Capital, Labour and the State in Regard to Brazilian Agriculture: The case of the Triângulo Mineiro. Tese de Doutorado, Universidade de Manchester, 1981.
- 14 - Para uma análise das condições gerais de vida e de trabalho das diversas categorias de empregados agrícolas na região, consultar NABUCO PALHANO, M.R. op. cit., capítulo 6.
- 15 - A industrialização da agricultura se refere mais especificamente ao processo de especialização e concentração dos investimentos agrícolas e à diminuição e subsequente eliminação da dependência da agricultura do acaso e da espontaneidade da ação das forças naturais, ao incremento da grande continuidade do ritmo de produção e a estabilidade das taxas de seu desenvolvimento. Ver a este respeito, por exemplo, TIKHONOV, V. "On the Industrialization of Agriculture". In: Problems of Economics. 52(21): 3-22, Nova York, junho 1978.
- 16 - Uma avaliação dos resultados econômicos da aplicação da Lei nº 5261/69 é feita por DUARTE FILHO, F.C. et alii, "A Industrialização Mineira e os Incentivos Fiscais: a Avaliação da Lei 5261/69". In: Fundação João Pinheiro. 9(12): 924-951, Belo Horizonte, dezembro 1979.

- 17 - Dados retirados de Minas Gerais: Atualidade e Perspectiva, Secretaria do Planejamento do Estado de Minas Gerais, 1980. Belo Horizonte.
- 18 - Com relação aos problemas econômicos enfrentados pela industrialização mineira e o papel do Estado no planejamento desta industrialização, ver ALBANO, C. "The Making of an Industrial City: the Experience of Contagem". Tese de Doutorado, Universidade de Manchester, 1980. Ver também, com respeito às dificuldades da expansão siderúrgica mineira, LOCATELLI, R. L. "Siderurgia e Desenvolvimento Econômico Regional". Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, 1978.
- 19 - Dados retirados de LAFER, C. "O Planejamento no Brasil - Observações sobre o Plano de Metas". In: LAFER, B.M., O Planejamento no Brasil. Perspectiva. São Paulo, 1973.
- 20 - Quanto à questão das duas vertentes - 'reformista' e 'modernizante' - na implementação da política agrícola durante a segunda metade da década de setenta, ver CEZAR, P.B. "A Política Agrícola e a Modernização da Agricultura". Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (mimeo), 1980.
- 21 - Ver, para maiores informações a respeito das mudanças estruturais no setor industrial mineiro, decorrentes da implantação dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, DUARTE FILHO, F.C., CHAVES, M., ROEDEL SILVA, R. e FERNANDES, C.L. de L. Industrialização e Incentivos Fiscais em Minas Gerais Avaliação da Lei 5.261/69. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1979 (Mimeo).
- 22 - Os projetos agro-industriais instalados durante o primeiro semestre de 1981 foram: CCPL, leite em pó, valor de 150 milhões de cruzeiros em Teófilo Otoni; Coperhorti, pimenta e molho inglês, valor de 30 milhões de cruzeiros, em Curvelo; Farol Mineira, óleo e farinha de soja, valor de 224 milhões de cruzeiros, em Ituiutaba; Laticínios Rio Novo, queijo, valor de 40 milhões de cruzeiros, em Rio Novo; Primlaks, óleo de algodão, valor de 765 milhões de cruzeiros, em Montes Claros.
- 23 - Dados retirados de: INDI - Posição de Projetos em 31-12-80, INDI. Belo Horizonte. Janeiro de 1981.
- 24 - O Triângulo Mineiro é, sem dúvida, a região onde mais se expandiu a agro-indústria ligada ao grande capital. Com efeito, do Valor Total dos projetos em operação com o apoio do INDI em fins da década de oitenta, 65,8% se referem a empresas instaladas naquela região. Quanto aos demais sub-setores industriais, o Triângulo comparece com reduzidíssima participação: 0,1% no Setor Mecânico e Eletro Eletrônico; nenhum projeto no setor de Mineração e Metalurgia, 1,0% no setor de Têxteis, Vetuário e Calçados; Químico e Material de Construção, 1,3%. Dada a importância da produção de fertilizantes em fase de implantação no Triângulo, esta região comparece com 8,6% dos investimentos totais da Indústria Química em fase de implantação. (Cifras calculadas a partir dos dados do INDI - Posição de Projetos em 31-12-80. INDI. Belo Horizonte. Janeiro de 1981.

- 25 - De acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 1950 e 1970, apesar da perda de importância relativa da área cultivada do arroz em relação à área total dos estabelecimentos rurais do Triângulo, a produção total da região vem crescendo a um ritmo que permite o aumento da participação desta produção no total de produção do Estado. Com efeito, participando com 34,9% da produção mineira de arroz em 1950, o Triângulo em 1970 amplia sua participação para 38,7%.
- 26 - Maiores informações sobre a recente exaustão do crescimento extensivo da fronteira agrícola brasileira, encontram-se em MUELLER, C. "Expansão da Fronteira Agrícola e Meio Ambiente no Brasil: o Sul e Centro-Oeste e a Amazônia". Universidade de Manchester. 1978 (mimeo).
- 27 - A respeito da importância do crédito rural subsidiado na expansão da mecanização agrícola brasileira, ver, por exemplo, SANDERS Jr., J.H. Mechanization and Employment in Brazilian Agriculture, 1950/1971. Tese de Doutorado, universidade de Minnesota, 1973. Quanto à análise sobre a distribuição concentrada deste crédito e os incipientes resultados obtidos na expansão de produção, consultar: RABELO DE CASTRO, P. "Agropecuária: Exame de Algumas Políticas de Produção e Abastecimento, 1967/1976". In: CARNEIRO, D.D. (Ed.): Brasil: Dilemas de Política Econômica. Rio de Janeiro. Campus. 1977, p. 153-176. RIBEIRO, I.O. "A Crise da Economia e o Pacote Agrícola". In: Cadernos de Opinião nº 15. 1980. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- 28 - O Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA) foi instituído em 1974, para estímulo à produção interna destes insumos, tendo em vista os altos preços internacionais e a descoberta de novas fontes de matéria prima, como os depósitos de fosfato de Minas Gerais e Goiás. A partir de então, a produção nacional de fertilizantes foi isenta do pagamento do IPI, do Imposto de Importação, do ICM e do Depósito Compulsório para Importação de matéria prima. Em 1975, o subsídio de 40% dos preços de fertilizantes foi outra medida adotada para reduzir o impacto negativo sobre o consumo, tendo em vista a persistente alta dos preços das matérias primas importadas. Dada a contração geral do crédito, a medida vigorou apenas em 1975 e 1976. Dados sobre a recente política de fertilizantes no Brasil e seus resultados podem ser encontrados em MATTOSO, M.J. Análise do Setor Fertilizantes - Avaliação de Auto-suficiência. Tese de Doutorado. Universidade de Viçosa. 1980. Brasil - Fertilizantes, BNDE, Sistemas de Planejamento Integrado, Série Estudos Setoriais, Insumos Básicos, 1977.
- 29 - O POLOCENTRO originou-se de um programa mineiro, o "Crédito Integrado", implementado pelo BDMG com recursos do Banco Central, visando ao desenvolvimento de técnicas agrícolas, sob a orientação da antiga ACAR, em fins da década de sessenta. Em 1975, esse programa, que se iniciou com 26 projetos em 26 municípios do norte do Triângulo (Vale do Paranaíba), foi estendido para áreas do Mato Grosso e Goiás, incorporando estudos sobre a região dos cerrados, realizados no início da década de setenta pelo IPEA, com base em trabalho do então Centro de Estudos Rurais da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Mais dados sobre o POLOCENTRO encontram-se na publicação do Ministério do Interior, POLOCENTRO no Estado de Minas Gerais - Elenco de Programas e Projetos. SUDECO, 1975/77.

- 30 - Paulo Afonso Romano, presidente da CAMPO (Cia de Promoção Agrícola), 'holding' executante do projeto-piloto do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos cerrados, em exposição à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, sobre os trabalhos da referida 'holding'. Anais da Câmara, 18.06.80 (mimeo).
- 31 - A pesquisa de campo utilizou-se de questionários aplicados a proprietários, parceiros, arrendatários, empregados permanentes e temporários, e operadores de tratores. Os questionários se iniciavam por uma História de Vida do entrevistado. Os questionários aplicados a proprietários preocupavam-se basicamente com as transformações recentes na organização interna da produção de arroz e as razões que poderiam explicar tais transformações. Além disto, através destes questionários, obtiveram-se informações minuciosas sobre itens e valor dos investimentos em equipamento; evolução nos últimos dez anos das compras de terra; evolução da parceria na propriedade, nos últimos dez anos; histórico das empréstimos recebidos pela propriedade; ligações com diferentes segmentos do mercado consumidor de arroz, etc. Os questionários aplicados aos parceiros e empregados visavam obter informações sobre condições de vida (origem e valor da renda e do orçamento familiar) e de trabalho (unificação do mercado rural e urbano, aplicação da legislação trabalhista, etc). A pesquisa cobriu uma amostra de 34 propriedades, 88 trabalhadores permanentes (157 familiares residentes), 403 boias frias, 83 parceiros (268 familiares residentes) 19 tratoristas.
- 32 - Quanto à correlação verificada entre índices de especialização e indicadores de relações capitalistas de produção, consultar NABUCO PALHANO, op. cit. cap. 4. "Beyond the disruption of internal relations of production.
- 33 - De acordo com Informe Agropecuário 5 (55): 51, Belo Horizonte. Julho/79, o sistema de plantio por irrigação é pouco adotado na produção brasileira de cereais. Apenas 25% da produção de arroz, por exemplo, é obtida pelo sistema de irrigação, principalmente no Rio Grande do Sul e no Vale do Paraíba, em São Paulo. Em Minas Gerais, apenas 11% do arroz produzido é irrigado.
- 34 - De acordo com LEMOS, M.B., Um Estudo Comparativo sobre as formas de organização da Produção de Arroz no Brasil (1950-1970). Tese de Mestrado. Universidade de Campinas, 1979, p. 83, "um sistema de irrigação implica num número maior de operações do que o arroz de sequeiro e, portanto, demanda o uso mais intensivo de tratores e outros implementos".
- 35 - Das propriedades especializadas em agricultura, analisadas na minha pesquisa de campo, apenas oito utilizavam irrigação.
- 36 - Investimento corresponde ao valor em 1980, dos seguintes equipamentos: veículos a motor; tratores e implementos; colheitadeiras; equipamento puxado por animais; equipamento fixo.

- 37 - Não apenas os requerimentos de maquinário e trabalho diferem entre os sistemas de organização de produção no arroz irrigado e no sequeiro. Dados levantados pela minha pesquisa revelaram que gastos com sementes e fertilizantes, são superiores no primeiro caso (90 kg/ha e 600 kg/ha), respectivamente, no arroz irrigado, 30 kg/ha e 200 kg/ha, respectivamente, no arroz de sequeiro.
- 38 - Faz parte dos planos de curto prazo da cooperativa local competir com as agro-indústrias e a CAMIG no processamento das sementes produzidas localmente. Até então mera intermediária entre produtores de arroz e o mercado de sementes, a cooperativa local já se preparava, à época do trabalho do campo desta pesquisa, para iniciar o processo relativamente complexo de produção de sementes (que inclui um longo processo de secagem, limpeza, classificação, germinação, testes de pureza e empacotamento).
- 39 - Dos 12596 hectares de área das propriedades cobertas pela minha pesquisa de campo, 70,4% pertenciam às propriedades não-especializadas.
- 40 - A ampliação da área cultivada de pastagens no Triângulo, assim como o desenvolvimento de técnicas modernas na criação de gado local se deveram em grande parte aos estímulos concedidos por programas especiais de pesquisa (Programa Integrado de Pesquisas Agropecuária - PIPAEMG); de controle de doenças animais (Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa); de aumento de produção (Programas de Crédito Pecuário Integrado, que financia a aquisição de gado de alta qualidade, a formação de pastagens, a construção de silos e currais, e compra de maquinário e equipamentos); e, finalmente, de aumento da capacidade de abate (Programa Agropecuário de Exportação - sub-programa de Reparcelamento e Modernização de Frigoríficos Mineiros). Como resultado, houve uma rápida elevação da capacidade de abate na região (227.300 cabeças, em 1971, para 54.600 cabeças em 1976), além de uma expressiva ampliação da capacidade diária de processamento de indústria de laticínios, de 700.000 litros em 1972, para 1.100.000 litros em 1976. Dados retirados de Minas Gerais - Atualidade e Perspectiva - SEPLAN, setembro de 1980.
- 41 - Ver, a respeito da forma que assume nacionalmente a organização dos interesses dos pecuaristas, donos de frigoríficos e açougues, PRATES, A.A. & PAIXÃO, A.L. Mercado, Organização de Interesses e Burocracia Pública. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1979 (mimeo).
- 42 - Dentro da tendência à eliminação dos maquinistas como grupo predominante na industrialização do arroz, pode-se perceber que alguns deles têm condições de maior possibilidade de sobrevivência que outros. Dentre aqueles, destacam-se certamente os maquinistas dos grandes centros comerciais do Triângulo - como Uberlândia - processadores da grande produção de Goiás e Mato Grosso. Há ainda aqueles cujo capital lhes permitiu investir em equipamentos modernos - como as máquinas emendadoras de arroz e as empacotadoras - que não só lhes permitem lucros extras, como também os colocam em posição privilegiada dentro do setor de processamento. As máquinas empacotadoras, por exemplo, ao embalar o arroz em pacotes plásticos de 5 kg, permitem ao maquinista vender o arroz diretamente ao super-mercado, eliminando outros intermediários.

- 43 - De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1970, 70% dos produtores de leite no Brasil ocupam áreas de menos de 50 ha e se responsabilizam por 35,5% da produção. Por outro lado, dados retirados de FREDERICQ, A. & CORADINI, O.L., Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. ZAHAR. 1981, revelam que em Minas Gerais a pecuária de leite é uma atividade fragmentária e de baixa produtividade, exceto nas regiões onde recentemente se localizaram grandes empresas de laticínios.
- 44 - Ver, para maiores informações a respeito da forma de controle exercida pela Nestlé sobre os fornecedores de leite, FREDERICQ, A., op. cit., 1981.
- 45 - Os grandes proprietários, ao contrário, acreditam que estão gradualmente perdendo importância econômica e social, através de suas ligações com as multinacionais. Isto foi manifestado por alguns deles durante minha pesquisa de campo, quando se referiam à Nestlé: "Somos apenas empregados disfarçados da Nestlé, que nos paga míseros salários fixos pelo leite que fica cada vez mais caro pra gente".
- 46 - Há, no entanto, pelo menos três elementos que podem se opor ao movimento de 'concentração' da produção tecnificada de arroz no Triângulo. Um deles é o padrão de distribuição da renda no Brasil, que produz uma demanda de alimentos extremamente diferenciada. Outro elemento é a quantidade limitada de recursos de que dispõe o Governo para financiar a produção tecnificada de arroz. Uma terceira força que se opõe ao desaparecimento da pequena produção de arroz são os interesses dos grandes intermediários, cuja principal fonte de rendimentos reside nos altos lucros permitidos pelos canais informais de comercialização do arroz, onde a pequena produção e seus preços relativamente mais baixos constituem o elo inicial da rede deste comércio.
- 47 - Segundo dados dos Censos Agropecuários de 1960 e 1970, durante este período, cresceu a importância relativa do número e área dos estabelecimentos entregues a arrendatários e dos estabelecimentos ocupados.
- 48 - O Crescimento relativo dos estabelecimentos de até 10 ha pode ser, em parte, também explicado pela expansão relativa do arrendamento que, de 11,8% do total dos estabelecimentos em 1970, passou a 12,7% em 1980.
- 49 - Ver, a respeito, "Síntese do Projeto Homem do Campo", Divisão de Pesquisa, CBBA, 1982 (mimeo, 126 p.), onde a agência de publicidade Castelo Branco traça o 'perfil' do 'homem do campo', entrevistando 2890 proprietários em 11 Estados brasileiros, sendo 35% mini-proprietários, 34% pequenos, 27% médios e 4% grandes.